



Centro Universitário de Brasília - Faculdade de
Ciências Jurídicas e Sociais- FAJS

ELINE VIEIRA DOS SANTOS

**PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: SUA APLICABILIDADE NOS
CRIMES DE FURTO SIMPLES**

BRASILIA

2018

ELINE VIEIRA DOS SANTOS

**PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: SUA APLICABILIDADE NOS
CRIMES DE FURTO SIMPLES**

Monografia apresentada como
requisito para aprovação do curso de
bacharel em Direito, da Faculdade
de Ciências Jurídicas e Sociais, do
Centro Universitário de Brasília.
Orientador: George Lopes Leite

BRASILIA

2018

RESUMO

Essa pesquisa tem como propósito realizar uma análise sobre a incidência do princípio da insignificância. Vamos abordar os princípios interligados ao tema e posições doutrinárias referentes ao princípio da insignificância por intermédio de um estudo e análise ao Direito Penal. A adoção desse princípio como tese de defesa do acusado, principalmente relacionado aos crimes de furto simples. Para realizar esse trabalho, inicialmente houve pesquisa bibliográfica para dar sustentação doutrinária a concepção e definição do Princípio da Insignificância, desde o seu primórdio até a atualidade, pois não há nenhuma ordenação legal sobre esse princípio, pois é uma idealização jurisprudencial e doutrinária que faz parte do sistema normativo pátrio. Em continuidade a visão dos Tribunais Superiores sobre a insignificância e o reincidente. Enfim serão mencionados os vetores criados pelo STF para utilização do referente princípio e a percepção pelo STF como do STJ relacionados ao princípio da insignificância no furto simples.

Palavras-chave: Princípio da Insignificância. Aplicação. Furto. Jurisprudência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	8
1.1 DA CONCEPÇÃO FORMAL E MATERIAL DA TIPICIDADE PENAL	8
1.2 ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA	10
1.3 CONCEITO.....	13
1.4 DA CONCRETIZAÇÃO JUDICIAL	15
1.5 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA FUNDAMENTOS E SUA RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL.....	18
1.5.1 <i>Princípio da Igualdade</i>	19
1.5.2 <i>Princípio da Liberdade</i>	20
1.5.3 <i>Princípio da Fragmentariedade</i>	20
1.5.4 <i>Princípio da Proporcionalidade</i>	21
1.5.5 <i>Princípio da Legalidade</i>	22
1.5.6 <i>Princípio da Intervenção Mínima</i>	24
1.5.7 <i>Princípio da Adequação Social</i>	26
2 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E O CRIME DE FURTO	28
2.1 TIPO PENAL: FURTO SIMPLES.....	28
2.2 DISTINÇÕES ENTRE FURTO SIMPLES E FURTO PRIVILEGIADO	32
2.3 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DE FURTO SIMPLES ..	33
2.4 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO FURTO COMETIDO PELO REINCIDENTE	34
2.5 CRÍTICAS AO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.....	40
2.5.1 <i>Ausência de previsão legal</i>	40
2.5.2 <i>Ausência de previsão legislativa residual</i>	41
2.5.3 <i>Ausência de resposta jurídica</i>	42
3 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E STJ.....	43
3.1 JURISPRUDÊNCIAS DO STF NOS CRIMES DE FURTO SIMPLES.....	43
3.1.1 <i>Mínima ofensividade da conduta</i>	45
3.1.2 <i>Nenhuma periculosidade social da ação</i>	45
3.1.3 <i>Reduzido grau de reprovabilidade do comportamento</i>	46
3.1.4 <i>Inexpressividade da lesão jurídica provocada</i>	46

3.2	JURISPRUDÊNCIA DO STJ NOS CRIMES DE FURTO SIMPLES.....	48
3.3	PONTOS DE COMPREENSÃO ENTRE O STF E STJ	50
	CONCLUSÃO	54
	REFERÊNCIAS.....	56

INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado visa demonstrar a aplicação do princípio da insignificância nos delitos de furto simples no ordenamento penal brasileiro. Pretende demonstrar o quanto a ação do “furto” se torna irrelevante a ponto de não causar nenhum dano ou ameaça a própria vítima ou a sociedade, portanto faz jus ao agente o benefício do mencionado princípio.

Escolhi esse tema em uma aula de criminologia ministrada pelo professor Edson Soares. O mesmo citou um caso de furto famélico, onde um pai de família foi preso por furtar 2 pacotes de arroz e mencionou que nesse episódio poderia ser usado a benesse do princípio da insignificância. Naquele momento concordei com o professor e tive o mesmo pensamento como uma pessoa poderia ser presa por furtar um pacote de arroz? Não que ficaria impune, mas concordo que há outros meios além da pena de prisão, como a pena alternativa, por exemplo ou a própria absolvição por tratar-se de um estado de necessidade, matar a própria fome.

Mesmo que esse princípio não possua previsão legal no Código Penal, no ordenamento jurídico esse tema é considerado de imensa importância, pois é vastamente admitido nessa esfera jurídica, porém sua utilização e aplicação nesse âmbito, ainda se faz insuficiente e conflituosa, ocasionada falta de proteção e regularidade jurídica.

Devido não ser um princípio nítido e evidente na legislação penal comum, é muito complexo localizar fundamentos de aplicação que permitam o tratamento democrático e justo aos casos tratados pela jurisdição, bem como achar a estabilidade para impedir a instabilidade jurídica.

Portanto, com propósito peculiar procurou-se no primeiro capítulo, demonstrar a definição do princípio da insignificância como surgiu sua origem e seu momento histórico no meio jurídico. Sua correlação com outros princípios constitucionais do direito penal, explicando cada um deles.

No segundo capítulo, realizou-se uma pesquisa sobre o tipo penal furto, distinção entre furto simples e privilegiado. A visão dos tribunais superiores sobre o reincidente no delito de furto e a aplicação do princípio da insignificância ao mesmo.

Algumas críticas ao princípio da insignificância como a ausência de previsão legal, previsão legislativa residual e resposta jurídica, porém foram mencionadas as razões das quais nenhuma dessas críticas merecem prosperar.

Nesse desfecho no último capítulo, menciona-se acerca do acórdão HC 84.412 que define os quatro vetores instituídos pelo STF para aferição do princípio da insignificância. Esse acórdão alinha vetores que simultaneamente encontrados, absolveriam o agente pelo ato atípico praticado, aplicando dessa forma o princípio da insignificância.

Analisa como os doutrinadores do STF e do STJ depreendem sobre este princípio, bem como vem utilizando-o nos casos reais, principalmente em relação aos crimes de furto simples.

1 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

Nesse primeiro capítulo compreender-se-á sobre a teoria formal e material da tipicidade penal. Como surgiu a origem, momento histórico, definição do princípio da insignificância e o entendimento de alguns autores sobre ele, incluindo sobre a sua concretização judicial.

Uma breve explanação de como tal princípio está sendo usufruído pela jurisprudência, doutrina pátria e pelos tribunais. Depreender a correlação e ligação do princípio da insignificância com vários outros princípios do Direito penal. Em síntese são os princípios da igualdade, liberdade, fragmentariedade, proporcionalidade, legalidade, intervenção mínima ou subsidiariedade e adequação social.

1.1 DA CONCEPÇÃO FORMAL E MATERIAL DA TIPICIDADE PENAL

O crime, para aqueles que adotam o seu conceito analítico, é composto pelo fato típico, pela ilicitude e pela culpabilidade. Para que se possa falar em fato típico é preciso, ainda que se reconheça a presença dos seguintes elementos:

- a) Conduta (dolosa ou culposa- comissiva ou omissiva);
- b) Resultado;
- c) Nexo de causalidade (entre a conduta e o resultado);
- d) Tipicidade (formal e conglobante). (GRECO, 2015, p. 112).

Conforme, bem especifica a tipicidade formal, Gomes (2004, p.66):

“O fato é considerado típico, do ponto de vista meramente formal, quando adequado à letra da lei, ou seja, ao tipo legal do crime, que é a descrição do conjunto dos requisitos linguísticos, literais ou gramaticais fundamentadores de determinada forma de ofensa ao bem jurídico”.

Nesse mesmo entendimento é notável que não havendo qualquer um dos elementos citados anteriormente como a conduta voluntária, o resultado naturalístico, nexos de causalidade e adequação do fato à letra da lei a tipicidade formal será inexistente e o fato considerado atípico. (GOMES, 2010, p. 73).

Contudo, se perfaz que para a configuração da tipicidade penal deverá existir tanto a tipicidade formal como a material, pois uma complementa a outra.

Define-se de forma simplória a tipicidade penal como sendo certas condutas, pelo legislador já pré-determinadas que são declaradas prejudiciais a lei penal e aos bens jurídicos tutelados pelo Estado. O objetivo da tipicidade material é analisar a relevância do bem jurídico e observar se o mesmo foi eventualmente lesionado, atingido, prejudicado ou não.

E o que seriam esses bens jurídicos? Como bem caracteriza Roxin:

Concretamente, e em relação com o nosso tema, tal significa que em cada situação histórica e social de um grupo humano os pressupostos imprescindíveis para uma existência em comum se concretizam numa série de condições valiosas como, por exemplo, a vida, a integridade física, a liberdade de atuação ou a propriedade, as quais todo mundo conhece; numa palavra os chamados bens jurídicos; e o direito penal tem que assegurar esses bens jurídicos, punindo a sua violação em determinadas condições. (ROXIN, 2004 apud LEMOS, 2014, p. 34-35).

Na mesma obra enuncia três critérios para se alcançar um conceito de bem jurídico classificados, respectivamente:

- a) Deve se adequar a realidade: quando falamos de bem jurídico, falamos da relação correta entre Direito e vida, de uma ponte firme em direção aos “verdadeiros” bens das pessoas de hoje. Isso exige uma integração inteligente no sistema de bens jurídicos das condições de vida da moderna socialização, sobretudo de interesses universais.
- b) Deveria ser seletivo e nítido: trata-se dos limites à intervenção na liberdade de atuação humana, quer dizer de um conceito protetor da liberdade, pelo que exige diferenciações precisas dos objetos.
- c) Dever ser compreensível, facilitando o controle democrático do legislador. (HASSEMER, 2007 apud LEMOS, 2014 p. 43-44).

Assim a respeito da concepção material da tipicidade penal:

A tutela penal de um bem jurídico é efetivada pela criação de tipos penais, que descrevem abstratamente as condutas proibidas, e das quais todos devem se abster, sob pena de sofrerem uma sanção criminal. Assim, o tipo penal encerra a punição estatal prevista para a conduta lesiva ao bem tutelado, bem como possui uma função de garantia ao possibilitar o prévio conhecimento da conduta proibida e os limites da pena cominada para sua prática. (SILVA, 2011, p. 84).

Depreende-se que todo ato que não prejudique de maneira material o bem jurídico deverá ser extinto do hemisfério da lei criminal em virtude da sua ausência de importância ao direito penal. Sendo assim nota-se que o objetivo do Princípio da Insignificância é criar um abismo entre a aplicação da lei criminal das atitudes típicas consideradas, penalmente sem valor.

Ademais no mesmo entendimento de Gomes (2010, p. 75):

O fato que produz um resultado jurídico insignificante (uma lesão de pouca importância ao bem jurídico), como por exemplo um furto de R\$25.00 é formalmente típico (preenche os quatro requisitos formais: conduta, resultado naturalístico, nexo de causalidade e adequação típica formal), mas não materialmente típico (porque lhe falta justamente a presença do requisito material consistente na desaprovação do resultado). Essa formulação doutrinária (que chamamos de teoria constitucionalista do delito). Sendo atualmente a mais adequada para explicar como o fato de pouca monta torna-se atípico.

Pode-se firmar assim que crime é um fato típico, ilícito e culpável, portanto na falta de qualquer um desses elementos, inexistente o crime e havendo atipicidade na conduta do agente, não há crime.

1.2 ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Em relação às divergências sobre sua origem, nota-se que o atual modelo do princípio da insignificância foi formulado, em 1964 por Claus Roxin, sob a ótica de que o princípio paira no entendimento maior de que é inaceitável um delito sem afronta. Acerca do tema, explica José Henrique Guaracy Rebêlo:

Para Roxin, há necessidade de atualizar a função maior da lei penal, valorizando-se adequadamente a sua natureza fragmentária, de forma que se estenda dentro do âmbito da punibilidade somente o que seja indispensável para a efetivação do bem jurídico. Através desse princípio geral do direito, permite-se, na maioria dos tipos, excluir desde logo danos de pouca importância. Diz, ainda, que hoje em dia há de se partir da asserção de que uma conduta somente pode ser proibida com uma pena quando resulta de todo incompatível com os pressupostos de uma vida pacífica, livre e materialmente assegurada. O moderno Direito Penal não se vincula a uma imoralidade da conduta, senão ao seu potencial de dano social; vale dizer, à sua incompatibilidade com as regras de uma próspera vida em comum. (ROXIN, 1988 apud REBÊLO, 2000, p. 30).

Na doutrina há divergências sobre a origem do princípio da insignificância, muitos autores compreendem que se originou no Direito Romano; já outros, como será exposto a seguir, tem o entendimento contrário a essa visão. Há duas correntes de entendimento em relação ao aparecimento do princípio da insignificância a primeira corrente proclama a sua existência no Direito Romano antigo. (SILVA, 2011, p. 94).

Muitos autores se associam a essa primeira corrente de pensamento como afirma Ackel Filho:

Que no tocante à origem, não se pode negar que o princípio já vigorava no Direito romano, onde o preitor não cuidava, de modo geral, de causas ou delitos de bagatela, consoante a máxima contida no brocardo *minima non curat pretor*. (ACKEL FILHO, 1988 apud LOPES, 1997, p. 37).

Nesse mesmo pensamento explica-se o referido axioma do Direito Romano:

A mencionada máxima jurídica, anônima, da Idade Média, eventualmente usada na forma *minimis non curat praetor*, significa que um magistrado (sentido de praetor em latim medieval) deve desprezar os casos insignificantes para cuidar das questões realmente inadiáveis. (REBÊLO, 2000, p. 31).

Nesse sentido já se subentende que o magistrado romano não devia preocupar-se com casos que não ensejavam maior significado, somente com aqueles que poderiam afetar, danificar ou prejudicar a ordem e a tranquilidade social.

A segunda corrente doutrinária que nega a origem Romana do Princípio da Insignificância pode ser dividida em duas vertentes de entendimento, que tem respectivamente como representantes Mauricio Ribeiro Lopes, de um lado, e José Luis Guzmán Dalbora, de outro. (SILVA, 2011, p. 95).

Destarte, alguns doutrinadores, como Maurício Antônio Ribeiro Lopes, estão em discordância com esse consenso, pois compreendem que o surgimento do princípio da insignificância não pode ser concedido ao direito romano, pois entende que ele não foi evoluindo sob a perspectiva do Direito Público, mas sim do Direito Privado. (LOPES, 1997, p. 38).

“Conclui-se que Ribeiro Lopes entende que o Princípio da Insignificância teve sua origem histórica no pensamento jurídico dos jusfilosóficos iluministas, e não no Direito Romano” (SILVA, 2011, p. 96).

A máxima *mínima non curat praetor*, nesta forma ou em qualquer outra semelhante, não se encontra no Corpus Juris Civilis, bem como, em qualquer outra fonte romana mais antiga das que vieram a luz modernamente sob os auspícios da jurisprudência erudita dos séculos XV-XVI. Afastando a origem romana do princípio da insignificância ao demonstrar que a máxima *mínima non curat praetor* em seu sentido atual era virtualmente desconhecida no Direito Romano antigo. (DALBORA, 1996 apud SILVA, 2011, p. 96, 97).

Contudo, também é afirmado por Greco (2011, p.99):

Em que pese haver divergência doutrinária quanto às origens do princípio da insignificância, havendo quem afirme que ele já vigorava no direito romano, a “criminalidade de bagatela” surge na Europa, como problema de índole geral e progressivamente crescente a partir da primeira guerra mundial. Após a segunda grande guerra, houve um notável aumento dos delitos de caráter patrimonial e econômico, quase todos marcados pela característica de consistirem em subtrações de pequena relevância, daí a primeira nomenclatura doutrinária de “criminalidade de bagatela”.

Depreende-se que mesmo vários autores tendo o entendimento de que o princípio da insignificância surgiu do Direito Romano maior parte da doutrina imputa sua concepção e caracterização a Claus Roxin.

1.3 CONCEITO

Compreende-se que o princípio da insignificância aparece como uma maneira de impedir que ínfimas ações, consideradas ilícitas, porém inaptas a prejudicar o bem protegido pela lei, sejam penalizadas com a rigidez e dureza do Direito Penal.

O princípio da insignificância foi desenvolvido por doutrina e não pela legislação codificada ou extravagante foi tecnicamente formulado por Claus Roxin:

Que propôs a restritiva interpretação aos tipos penais, com a supressão da conduta do tipo a partir da insignificante importância das lesões ou danos aos interesses sociais; contudo o legislador não possui envergadura para, em absoluto, castigar pela sua imoralidade condutas não lesivas a bens jurídicos, deixando claro que a secularização já não é tão somente um fenômeno teórico, mas sim uma realidade, pois a punição pelo imoral já, de há muito tempo é descabida. (ROXIN, 1998 apud SILVA, 2009).

O princípio da insignificância constitui, portanto, na visão de Queiroz (2011, p. 57):

Um instrumento por cujo meio o juiz, em razão da manifesta desproporção entre crime e castigo, reconhece o caráter não criminoso de um fato que, embora formalmente típico, não constitui uma lesão digna de proteção penal, por não traduzir uma violação realmente importante ao bem jurídico tutelado.

Na mesma compreensão sobre o mencionado princípio:

O princípio da insignificância, portanto, pode ser definido como instrumento de interpretação restritiva, fundado na concepção material do tipo penal, por intermédio do qual é possível alcançar, pela via judicial e sem macular a segurança jurídica do pensamento sistemático, a proposição político-criminal da necessidade de descriminalização de condutas que, embora formalmente típicas, não atingem de forma socialmente relevante os bens jurídicos protegidos pelo direito penal. (MAÑAS, 1994, p.81).

Para uma análise e aprofundamento melhor do assunto é essencial algumas explicações conceituais, opiniões, comparações e até mesmo algumas inconsistências levantadas por alguns autores referentes ao tema abordado sendo assim, define infração bagatelar ou crime insignificante Gomes (2010, p.21):

Expressa o fato de ninharia, de pouca relevância (ou seja: insignificante). Em outras, palavras, é uma conduta ou um ataque ao bem jurídico tão irrelevante que não requer a (ou não necessita da) intervenção penal. Resulta desproporcional a intervenção penal nesse caso.

Por intermédio da investigação realizada sabe-se que o Direito penal não deve preocupar-se com crimes considerados sem relevância e que não causem nenhum dano, perigo ou mal tanto para a sociedade como para a vítima.

Da mesma forma compreende a respeito da insignificância:

Em defesa que o fato insignificante, destarte, deve ficar reservado para outras áreas do Direito (civil, administrativo, trabalhista etc.). Não se justifica a incidência do Direito Penal (com todas as suas pesadas armas sancionatórias) sobre o fato verdadeiramente considerado como insignificante. (GOMES, 2010, p.21).

Sobre essa mesma posição e entendimento de que os casos irrelevantes, ou seja, quando não oferecem perigo à sociedade e ao bem jurídico não deve ser tratado pelo Direito penal atua Silva (2009):

O Princípio da Insignificância é uma forma excludente da tipicidade impedindo a configuração do Injusto Penal. O Direito Penal não se ocupa de todos aqueles comportamentos antijurídicos que decorrem das relações sociais, mas, tão somente daqueles mais molestadores e lesivos para os bens jurídicos. Ademais disso, só se conhece e sanciona nos fatos quando houver falhado todos os demais meios de controle formais ou informais.

O chamado princípio da insignificância na visão de Rodríguez (2010, p. 93):

Deriva da exclusiva proteção de bens jurídicos. Vale dizer que o Direito Penal não se deve ocupar de atos que, ainda que formalmente puníveis, não tenham minimamente colocado em risco bens jurídicos. Cita como exemplo de crime de bagatela o caso de um caboclo que furta pouca quantidade de milho da plantação de um fazendeiro, para consumo próprio, ou alguma cana de açúcar para alimentar seu cavalo, durante a viagem.

Compreende que o conceito do princípio da insignificância é o de que o ato exercido pelo agente não prejudique o valor tutelado pela lei, pois assim não será necessária a sanção penal, pois juridicamente falando isso deduz que não há delito ou crime.

Que a tipicidade penal exige que a ofensa aos bens jurídicos protegidos tenha alguma gravidade, pois nem toda ofensa a bens ou interesses é suficiente para configurar o injusto típico. Assim, pelo princípio da insignificância, também chamado de princípio da bagatela por autores como Klaus Tiedemann, deve haver uma efetiva proporcionalidade entre a gravidade da conduta a ser punida e a intervenção estatal. Amiúde, condutas que se amoldam a determinado tipo penal, sob o ponto de vista formal, não apresentam nenhuma relevância material, razão pela qual se deve afastar prontamente a tipicidade penal, porque não houve lesão ao bem jurídico protegido. (BITENCOURT, 2014, p. 60).

No caso do tema abordado, trata-se de crimes referentes ao furto simples, sendo assim são ilícitos cometidos sem violência ou ameaças e sem qualquer teor de lesão a pessoa ou ao bem jurídico tutelado pelo estado. Por isso nos casos de crimes de furtos simples é defeso ao infrator o uso do princípio da insignificância, garantindo o seu direito à liberdade.

1.4 DA CONCRETIZAÇÃO JUDICIAL

“O judiciário realizou a concretização do princípio da insignificância no sentido de transformá-lo numa norma de decisão com normatividade concreta aplicável na solução de casos concretos” (SILVA, 2011, p. 145).

“A nossa jurisprudência há tempos reconheceu e aplica o princípio da insignificância em matéria criminal para excluir as condutas sem poder ofensivo ao bem jurídico tutelado da incidência do Direito Penal” (SILVA, 2011, p. 145).

Conforme dispõe Gomes (2010, p.32):

Nessa problemática como os magistrados e membros do Ministério Público poderão reconhecer a aplicação do Princípio da Insignificância como legal? Devem reconhecer o princípio da insignificância sim, pois mesmo não tendo base legal explícita, o ordenamento jurídico brasileiro, também é composto por regras e princípios que funcionam como base na nossa legislação.

Não seria inoportuno salientar que, em pesquisas jurisprudenciais:

O princípio da insignificância vem sendo utilizado pelos tribunais superiores em todos os tipos de delito (formais/materiais, de dano/de perigo, dolosos/culposos) como instrumento de interpretação restritiva da norma penal, alcançando a descriminação de condutas que, conquanto aparentemente típicas, não lesam de forma significativa um bem juridicamente tutelado. (SILVA, 2009).

Os tribunais têm admitido o princípio da insignificância nos crimes de furto, quando o valor da coisa subtraída é irrisório. Nesse sentido, o seguinte julgado:

HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE FURTO SIMPLES. RES FURTIVA: 2 SABONETES E 2 CONDICIONADORES AVALIADOS EM R\$ 23,00. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PRECEDENTES DO STJ E DO STF. PARECER DO MPF PELA CONCESSÃO DO WRIT. ORDEM CONCEDIDA PARA DECLARAR ATÍPICA A CONDUTA PRATICADA, COM O CONSEQUENTE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL.

1. O princípio da insignificância, que está diretamente ligado aos postulados da fragmentariedade e intervenção mínima do Estado em matéria penal, tem sido acolhido pelo magistério doutrinário e jurisprudencial tanto desta Corte, quanto do colendo Supremo Tribunal Federal, como causa supra-legal de exclusão de tipicidade. Vale dizer, uma conduta que se subsuma perfeitamente ao modelo abstrato previsto na legislação penal pode vir a ser considerada atípica por força deste postulado.

2. Verificada a excludente de aplicação da pena, por motivo de política criminal, é imprescindível que a sua aplicação se dê de forma prudente e criteriosa, razão pela qual é necessária a presença de certos elementos, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente; (b) a ausência total de periculosidade social da ação; (c) o ínfimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica ocasionada, consoante já assentado pelo colendo Pretório Excelso (HC 84.412/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJU 19.04.2004).

3. Tem-se que o valor dos bens furtados pelo paciente, além de ser ínfimo, não afetou de forma expressiva o patrimônio da vítima, razão pela qual incide na espécie o princípio da insignificância, reconhecendo-se a inexistência do crime de furto pela exclusão da tipicidade material.

4. Ordem concedida para, aplicando o princípio da insignificância, declarar atípica a conduta praticada, com o consequente trancamento da Ação Penal, em conformidade com o parecer ministerial. (STJ. Habeas Corpus. HC: 188675 SP 5ª Turma Pacientes: Filipi Cesáreo Navarro. Impetrante: Clarissa Portas Baptista da Luz Defensoria Pública. Coator: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relator: Napoleão Nunes Maia Filho. Julgamento 22.03.2011).

Durante muitos anos não se tinha uma doutrina (nem jurisprudência) bem definida sobre os requisitos válidos para a incidência do princípio da insignificância. Depois de vários julgados, hoje já se pode dizer que o STF, em linhas gerais, acolhe os seguintes vetores:

- a) Mínima ofensividade da conduta;
- b) Nenhuma periculosidade social da ação;
- c) Reduzido grau de reprovabilidade do comportamento;
- d) Inexpressividade da lesão jurídica provocada. (GOMES, 2010, p. 22).

Tais requisitos são claramente tautológicos na opinião de Queiroz (2011, p. 59):

Porque, se mínima é a ofensa, então a ação não é socialmente perigosa; se a ofensa é mínima e a ação não perigosa, em consequência, mínima ou nenhuma reprovação; e, pois, inexpressiva a lesão jurídica. Enfim, os supostos requisitos apenas repetem a mesma ideia por meio de palavras diferentes, argumentando em círculos.

Em concordância com a mesma ideia de Luiz Flávio Gomes, quando expressa que o legislador brasileiro deve agir imediatamente sobre o assunto, utilizando o princípio da insignificância para quem comete delitos insignificantes:

Para eliminar qualquer dúvida, seria ótimo o legislador brasileiro cuidar do tema, com urgência, fixando as regras pertinentes e mais sensatas possíveis, destacando-se, dentre elas, a possibilidade de se advertir (admoestar) o agente e, até mesmo, quando o caso, e impor algumas obrigações alternativas para quem pratica fatos insignificantes: pedido de desculpa, reparação civil dos danos, devolução de objetos, eventual prestação de serviços à comunidade (por poucos dias), pagamento de cestas básicas, prestação pecuniária em favor da vítima ou de entidades sociais, afastamento de cargo público ou da profissão ou da função por tempo bastante restrito etc. (GOMES, 2010, p.45).

Portanto conclui-se com Silva (2011, p.149):

A concretização judicial do princípio da Insignificância resgatou-lhe a ordem jurídica pressuposta e o positivou numa norma de decisão com normatividade concreta, autorizando, assim, sua invocação na solução de casos concretos em que ocorra uma conduta penalmente insignificante.

Por isso que o intuito do tema escolhido é a defesa da aplicação do princípio da insignificância em favor do infrator que comete o crime de furto simples, pois esse tipo de ilícito se enquadra perfeitamente nas análises citadas, devido causar pouquíssimo ou praticamente nenhum dano ao bem jurídico quanto à insignificância do objeto do furto.

1.5 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA FUNDAMENTOS E SUA RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL

“Os princípios são o começo de tudo, proposições superiores e anteriores às normas, que traçam vetores direcionais para os atos do legislador, do administrador e do aplicador da lei ao caso concreto”. (PRADO, 2006, p. 3).

“Constituem o fundamento, o alicerce, a base de um sistema, e condicionam as estruturas subsequentes, garantindo-lhes validade”. (PRADO, 2006, p. 3).

Mesmo não havendo previsão legal no ordenamento jurídico atual em relação ao princípio da insignificância ele tem abrigo constitucional e vincula-se a diversos princípios fundamentais, como serão apresentados a seguir. Os seus fundamentos jurídicos que são os princípios da igualdade, liberdade, fragmentariedade e proporcionalidade e sua ligação com outros princípios, resumindo-se ao da legalidade, intervenção mínima ou subsidiariedade e adequação social.

1.5.1 *Princípio da Igualdade*

O princípio da insignificância possui alicerce no princípio da igualdade, pois ele atua para uma análise íntegra e imparcial do direito.

Deve à atividade legislativa, desta forma, ser orientada pela racionalidade, uma vez que cabe ao legislador valorar racionalmente as diferenças e semelhanças entre os fatos a serem disciplinados, de modo que os resultados desta ponderação demonstrem-se coerentes. (GOMES, 2003, p.67).

Como bem define o Princípio da Igualdade Silva (2011 p. 126,128):

Foi adotado pela Constituição Federal em seu artigo 5º, *caput*, ao estabelecer a igualdade de aptidão, ou igualdade de possibilidades virtuais, que pode ser reconhecida pela expressão “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Esse aspecto formal da igualdade significa que todo cidadão tem direito a tratamento idêntico pela lei, em consonância com os critérios estabelecidos pela ordem constitucional. Para evitar que a igualdade perante a lei leve a injustiças em razão das desigualdades materiais, o intérprete penal deve adicionar ao Princípio da igualdade um conteúdo material para a sua concreta efetivação. Assim, deve levar em consideração o desigual grau de ofensividade das condutas típicas praticadas, realizando, portanto, um juízo crítico sobre a utilidade e justiça de apenar-se determinada conduta insignificante, sob pena de provocar um mal maior que o próprio delito praticado.

Assim entende-se que a utilização do princípio da insignificância em atos penais considerados sem extrema importância, possui base no princípio da igualdade, que efetuado de forma material impede que o autor tenha sua pena maior que o nível de reprovação do ato considerado típico.

1.5.2 Princípio da Liberdade

A aplicabilidade do princípio da insignificância impede que o autor de ações penais irrelevantes tenha o seu direito a liberdade, injustamente prejudicado.

A respeito do Princípio da liberdade, conforme afirma Silva (2011, p. 130):

Sendo, pois, a liberdade um dos princípios basilares do Estado de direito democrático e da sociedade brasileira (por força do preâmbulo e art.3º da Constituição), o Princípio da Insignificância atende à necessidade de se reduzir a incidência de medidas constritivas sobre a liberdade individual, já que, muitas vezes, a pena, mormente a de prisão, mostra-se desproporcionalmente mais prejudicial que o delito cometido.

1.5.3 Princípio da Fragmentariedade

O princípio da fragmentariedade é uma integração do princípio da intervenção mínima, onde o objetivo deste é a proteção dos bens jurídicos relevantes a vida individual e social do indivíduo. Sendo a função do princípio da fragmentariedade a punição de quem prejudica esse bem de forma grave, severa e preocupante.

O princípio da fragmentariedade no pensamento de Rebêlo (2000, p.22):

Trata-se do desfecho do princípio da legalidade e da intervenção mínima. Significa que o Direito Penal não deve sancionar todas as condutas lesivas aos bens jurídicos, mas tão somente aquelas mais graves e danosas, incidentes sobre os bens mais relevantes.

No mesmo entendimento dispõe Silva (2011, p.130):

O Princípio da Fragmentariedade que apenas as ações mais graves praticadas contra os bens jurídicos merecem sanção criminal, serve de fundamento para o Princípio da Insignificância, por quanto este só permite a apenação de condutas típicas que materialmente lesionam o bem atacado.

Depreende-se pelo princípio da fragmentariedade que somente, quando os bens mais importantes forem realmente lesionados de forma extremamente ameaçadora e severa fará jus a pena criminosa e deverá ser punido o agente causador do dano.

1.5.4 Princípio da Proporcionalidade

“Compreende por esse princípio que a pena deve ser proporcional à gravidade da infração. Quanto mais grave o delito maior deverá ser a pena aplicada e vice-versa”. (GOMES; ANTONIO, 2007, p.722).

A origem histórica do princípio da proporcionalidade como exemplifica Gomes (2003, p. 40):

A noção de que deve existir uma medida de proporcionalidade no estabelecimento dos delitos e das penas não é recente, uma vez que já vinha expressa na antiga máxima *poena debet commensurari delicto*, além de constituir de forma significativa o conteúdo da lei do talião. No entanto, o conceito de proporcionalidade como um princípio jurídico, com índole constitucional, apto a nortear a atividade legislativa em matéria penal, vem sendo desenvolvido, ainda hoje, a partir dos impulsos propiciados, principalmente, pelas obras iluministas do século XVIII e, posteriormente, pela doutrina do direito administrativo.

A teoria da proporcionalidade, também denominada de princípio da proibição em excesso, “determina que a pena não possa ser superior ao grau de responsabilidade pela prática do fato a pena deve ser medida pela culpabilidade do autor”. (JESUS, 2010 p. 53).

Acerca do princípio da proporcionalidade, dispõe Queiroz (2011, p.51):

É hoje o mais importante princípio de todo o direito e, em particular, do direito penal. Pode-se mesmo dizer que tudo em direito penal é uma questão de proporcionalidade, desde a sua existência, passando pelos conceitos de erro de tipo, de legítima defesa, de coação irresistível, incluindo toda a controvérsia em derredor da responsabilidade penal da pessoa jurídica, até chegar as causas de extinção de punibilidade, pois o que se discute é, em última análise, em todos esses casos, a necessidade, adequação, proporcionalidade, enfim, da intervenção jurídico-penal.

A aplicação do princípio da insignificância materializa a necessidade de proporcionalidade que permeia a ordem jurídica, uma vez que a incidência da sanção criminal, quando desproporcional ao dano provocado pela conduta penalmente insignificante, viola o ideal de proporcionalidade imanente ao sistema jurídico do Estado de direito. (SILVA, 2011, p.135).

Com a mesma visão e entendimento sobre esse princípio compreende Gomes (2003, p.59):

Encontra-se entre as normas superiores do ordenamento jurídico, de nível constitucional, razão pela qual norteia toda a atividade penal, seja no âmbito legislativo, seja na aplicação da lei aos casos concretos. A proporcionalidade apresenta uma importância estruturante em todo o sistema jurídico, atuando, especificamente, por meio de mandado de otimização no sentido de que os imperativos de necessidade, idoneidade e proporcionalidade em sentido estrito sejam atendidos e limitem as intervenções estatais no âmbito das esferas individuais o fato de ser reconhecido também o poder do Estado de limitar os direitos individuais não invalida os subprincípios componentes da proporcionalidade, mas apenas estabelece os limites até onde podem atuar.

1.5.5 *Princípio da Legalidade*

Como se vive em um país que é regido pela democracia. “O princípio da legalidade caracteriza a segurança política de que nenhuma pessoa será sujeitada ao poder de punição do estado, se não com fulcro em leis formais que sejam prole da conformidade democrática”. (BITENCOURT, 2014, p. 51).

“O Princípio da legalidade, tendo em vista sua concepção como garantia individual, pode ser visto sob quatro funções fundamentais, como serão expostas a seguir” (REBÊLO, 2000 p. 30).

“Por isso Lopes dispõe em sua obra, que primordialmente sobreveio um consenso firmado em *nullum crimen nulla poena sine lege praevia*, assegurando os princípios da anterioridade e irretroatividade da lei penal”. (LOPES, 1997).

“*Lex praevia* significa proibição de edição de leis retroativas que fundamentem ou agravem a punibilidade” (REBÊLO, 2000 p. 15).

Assim o princípio da legalidade vem insculpido no Artigo 5º inciso XXXIX da nossa Constituição Federal “Não há crime, nem pena, sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”, onde se encontra tal direito. (GRECO, 2015, p. 144).

Posteriormente surge o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica dispõe que: “A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu” localizada no Artigo 5º inciso XL da Constituição Federal.

Surgem os princípios baseados em *nullum crimen nulla poena sine lege scriptae* em *nullum crimem nulla poena sine lege stricta*, determina a ausência de crime e pena sem lei escrita e estrita, proibindo-se o emprego da analogia para criar figuras delituosas ou justificar, fundamentar ou agravar penas. (LOPES, 1997, p. 41).

“Em seguida, surgiu a definição de *nullum crimen nulla poena sine lege certa*, o princípio da determinação ou taxatividade, impondo que a lei penal deve ser de acesso a todos, compreensível e precisa”. (LOPES, 1997, p. 41).

Enfim, “a concepção do *nullum crimen nulla poena sine iuria*, ou seja, sem danos sem causar um mal que represente a gravidade esperada para incidência da pena criminal”. (LOPES, 1997, p. 41).

Depreende-se que o autor Mauricio Antônio Ribeiro Lopes conclui que o princípio da insignificância está ligado ao princípio da legalidade penal, criado pelos jusfilósofos do iluminismo e pelo direito natural.

Ademais, explica Gomes (1999, p.64):

Desde a Época das Luzes (século XVIII), compreende-se que o princípio da legalidade possui suas exigências formais e materiais. Do ponto de vista formal, a lei tem que emanar do Poder competente para elaborá-la, isto é, o legislativo, seguindo rigorosamente o procedimento previsto na constituição; do ponto de vista material, a lei tem que ser justa (proporcionalidade) e atender às exigências da taxatividade. Em síntese, para se observar o princípio da legalidade não basta editar uma norma. Há que atender aos requisitos acima mencionados.

Assim acerca do princípio da legalidade define Bittencourt (2014, p.51):

A elaboração de normas incriminadoras é função exclusiva da lei, isto é, nenhum fato pode ser considerado crime e nenhuma pena criminal pode ser aplicada sem que antes da ocorrência desse fato exista uma lei definindo-o como crime e cominando-lhe a sanção correspondente.

Sendo assim a ação inadequada ou ilegal deverá ser estabelecida pela lei de maneira clara e limpa. A lei ser de fácil entendimento e acessível buscando sempre os meios mais justos para que o indivíduo não seja prejudicado.

1.5.6 Princípio da Intervenção Mínima

O princípio da legalidade impõe barreiras as decisões do judiciário, mas infelizmente não impossibilita o Estado de criar indignas, desumanas e humilhantes penas. Nota-se, então a obrigação de exterminar a autonomia legislativa em relação às condenatórias penas. (BITENCOURT, 2014, p. 53).

Por isso também, surge a necessidade do princípio da intervenção mínima que será explicado agora. Será analisado e demonstrado que o princípio da intervenção mínima se encontra totalmente relacionado aos princípios de subsidiariedade e fragmentariedade no direito penal.

“Há relação de subsidiariedade entre vários tipos penais quanto a norma penal, visa proteger um mesmo bem jurídico, descreve graus distintos de violação, uma é auxiliar subsidiária da outra, dita principal”. (QUEIROZ, 2011, p. 93,94).

Como depreende o autor em relação ao princípio da intervenção mínima:

Estabelece que o Direito Penal só deve atuar na defesa dos *bens jurídicos* relevantes para os indivíduos e para a sociedade, bens imprescindíveis à convivência pacífica dos homens e que não podem ser protegidos de outra forma. É medida de orientação e limitação do poder punitivo estatal. (REBÊLO, 2000, p. 18).

Ademais o princípio da intervenção mínima, também conhecido como *ultima ratio*, segundo afirma Bittencourt (2014, p.54):

Orienta e limita o poder incriminador do Estado, preconizando que a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de determinado bem jurídico. Se outras formas de sanções ou outros meios de controle social revelarem-se suficientes para a tutela desse bem, a sua criminalização será inadequada e desnecessária. Se para o restabelecimento da ordem jurídica violada forem suficientes medidas civis ou administrativas, são estas que devem ser empregadas e não as penais. Por isso o direito penal deve ser a *ultima ratio*, isto é, deve atuar somente quando os demais ramos do direito revelarem-se incapazes de dar a tutela devida a bens relevantes na vida do indivíduo e da própria sociedade.

Sendo assim, conforme a análise o princípio da intervenção mínima deve ser analisado sob dois enfoques diferentes, a saber:

a) *Ab initio*, devendo ser entendido como um princípio de análise abstrata, que serve de orientação ao legislador quando da criação ou da revogação das figuras típicas;

b) Evidencia a chamada natureza subsidiária do Direito Penal, devendo ser encarado como a *ultima ratio* da intervenção do Estado. (GRECO, 2011, p. 75).

Ademais, se faz nítido que no primeiro foco o papel e dever do direito penal é amparar e proteger os bens mais essenciais e indispensáveis a convivência em sociedade, bens de caráter individual como a vida, liberdade, dignidade e honra e no âmbito coletivo o meio ambiente e a saúde pública, por exemplo.

Diante de tudo que foi explicito anteriormente, depreende-se que os princípios se enlaçam e solidificam-se uns com os outros se tornando mais fortes e resistentes à medida que evoluem.

1.5.7 Princípio da Adequação Social

A definição e formulação desse princípio são consideradas como indefinidas, tornando-se um exagero de conjuntos de ideias em relação a seu uso. No entanto é nítido que a adequação social é de suma relevância na hermenêutica da conformidade de um fato concreto a um tipo penal.

Conceito do princípio da adequação social nas palavras de Bittencourt (2014, p. 60):

A consideração de uma conduta como adequada para a produção de um resultado não é, suficiente para decidir sobre a relevância típica do comportamento, pois toda conduta pode ser perigosa em algum sentido e pode, em abstrato, ser apta a produzir algum resultado típico. Esse obstáculo não constitui, um motivo para o completo abandono da orientação da adequação social, pois, quando do estudo da tipicidade, ele é de utilidade como primeiro filtro de restrição dos riscos juridicamente relevantes.

Sendo assim a despeito da adequação social como depreende Queiroz (2011, p. 52-53):

Se a finalidade do direito penal é a prevenção de comportamentos socialmente lesivos para proteger os bens jurídicos, então sua intervenção pressupõe uma relação lógica de adequação entre meio (direito penal) e fim (prevenção de delitos). Assim uma vez verificada a inutilidade ou inadequação da norma penal, deve-se proceder descriminalização pura e simples ou a despenalização.

Sobre o referente princípio, compreende Greco (2011, p. 96):

Encontra-se o legislador, na qualidade de pesquisador e selecionador das condutas ofensivas aos bens jurídicos mais importantes e necessários ao convívio em sociedade, impedido de criar tipos penais incriminadores que proíbam condutas que já estejam perfeitamente aceitas e toleradas por essa mesma sociedade, pois, caso contrário, estaria, na verdade, compelindo a população a cometer crimes, uma vez que, estando a sociedade acostumada a praticar determinados comportamentos, não mudaria a sua normal maneira de ser pelo simples fato do surgimento de uma lei penal que não teve a sensibilidade para discernir condutas inadequadas socialmente daquelas outras que não são toleradas pela sociedade.

“Enfim, o princípio da adequação social será de grande valia para que não sejam proibidas, impostas ou mesmo mantidas condutas que estejam perfeitamente já assimiladas pela sociedade”. (GRECO, 2011, p. 97).

Dessa forma, o princípio da adequação social, conjugado com os princípios da intervenção mínima e da lesividade, abre a possibilidade ao legislador da criação da figura típica, do mesmo modo que como o reverso de uma mesma moeda, o alerta para a necessidade de revogação dos tipos penais que não mais preveem comportamentos inadequados socialmente, servindo, ainda, como importante instrumento de análise e interpretação das figuras típicas. (GRECO, 2011, p. 98).

Na definição anteriormente mencionada, podem-se incluir alguns comportamentos que antigamente eram reprováveis no convívio em sociedade, condutas tidas como imorais e criminosas para melhor exemplificar são elas o adultério e o incesto entre adultos, mas que atualmente não são considerados como crimes.

Ressalta-se, que não existem divergências na aceitação dos princípios mesmo com distinções entre eles. De maneira nítida, se adéquam e se completam a concepção material do tipo.

2 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E O CRIME DE FURTO

Nesse capítulo estudar-se-á a definição e consumação do crime de furto, distinção entre furto simples e privilegiado. Como tem sido aplicado o princípio da insignificância pelos tribunais e jurisprudência em relação ao furto e ao reincidente. A aplicação do princípio ao reincidente pelo STJ e a atual tendência de aceitação jurisprudencial do STF em utilizar o Princípio da insignificância em favor do acusado, mesmo nos casos de reincidência.

2.1 TIPO PENAL: FURTO SIMPLES

O objetivo de pesquisa sobre esse delito, além de explicá-lo demonstrar-se-á que é um crime que acontece sem violência e grave ameaça a pessoa.

“Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa”. Artigo 155 do Código Penal Brasileiro:

A ação é subtrair, que significa tirar às escondidas. Discute-se acerca da necessidade de valor da coisa alheia subtraída. Para alguns, basta que tenha valor efetivo ou de utilidade. A posição predominante entende pela obrigatoriedade de valor econômico. A coisa móvel subtraída deve ser alheia. O bem desprotegido não autoriza o agente a desapossá-lo do dono. Coisa abandonada, em situação em que resta clara a renúncia do proprietário, descaracteriza o crime de furto. Trata-se de crime comum, não se exigindo nenhuma qualidade especial do agente. Da mesma forma qualquer pessoa que detenha a posse do bem pode figurar como vítima. (PORTO; CARNEIRO, 2009, p. 37).

§ 1º – A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.

§ 2º – Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

§ 3º – Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico. (PORTO; CARNEIRO, 2009, p. 37-38).

Portanto, pode-se concluir também que o furto é quando se pega algo de alguém, indiretamente sem causar nenhuma grave ameaça ou ofensa a pessoa considerada como vítima. Sendo assim se a ação delitiva não prejudica o bem jurídico protegido, ocorre uma infração de bagatela, havendo atipicidade nessa infração, requer a incidência do princípio da insignificância.

Para aplicação do princípio da insignificância no §2º, o criminoso deve ser primário e deve ser de pequeno valor a coisa furtada. Quais são as regras para definir o que seria valor irrisório ou pequeno valor?

Pesquisando no dicionário ver-se-á que o significado de insignificante é aquilo que não tem valor nem importância; desprezível; muito pequeno; minúsculo, diminuto. Considerando-se o mesmo sentido da palavra bagatela.

Tentando solucionar esta questão, a jurisprudência vem estabelecendo contornos próprios para este princípio a fim de que os casos sejam uniformemente dirimidos; A título de ilustração, confira-se o julgado cuja ementa é abaixo transcrita:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DIMINUTO VALOR. RESTITUIÇÃO À VÍTIMA. PREPONDERÂNCIA SOBRE A REITERAÇÃO DELITIVA. AGRAVO PROVIDO.

1. Sedimentou-se a orientação jurisprudencial no sentido de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e d) inexpressividade da lesão jurídica provocada.
2. A reiteração delitiva tem sido compreendida como obstáculo inicial à tese da insignificância, ressalvada excepcional peculiaridade do caso penal.
3. Em razão da coisa que se tentou furtar (dois cosméticos), seu diminuto valor (R\$ 8,38 - oito reais e trinta e oito centavos), com restituição à vítima, estabelecimento comercial, admite-se a insignificância, excepcionando-se a condição de reiteração delitiva do agente.

4. Agravo regimental provido. (STJ. Agravo regimental no recurso especial. Agrg no Resp 1377789 Sexta turma. Agravante: Paulo Henrique Lima de Souza. Agravado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais Relator Ministro Nefi Cordeiro. Julgamento 07 de outubro de 2014)

A jurisprudência é instável em relação ao valor e usa como suporte o salário-mínimo:

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - IDENTIFICAÇÃO DOS VETORES CUJA PRESENÇA LEGITIMA O RECONHECIMENTO DESSE POSTULADO DE POLÍTICA CRIMINAL - CONSEQÜENTE DESCARACTERIZAÇÃO DA TIPICIDADE PENAL EM SEU ASPECTO MATERIAL - TENTATIVA DE FURTO SIMPLES (CP, ART. 155, "CAPUT") DE CINCO BARRAS DE CHOCOLATE - "RES FURTIVA" NO VALOR (ÍNFIMO) DE R\$ 20,00 (EQUIVALENTE A 4,3% DO SALÁRIO MÍNIMO ATUALMENTE EM VIGOR) - DOUTRINA - CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - "HABEAS CORPUS" CONCEDIDO PARA ABSOLVER O PACIENTE. O POSTULADO DA INSIGNIFICÂNCIA E A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL: "DE MINIMIS, NON CURAT PRAETOR. (STF. Habeas Corpus 98152 MG. 2ª Turma. Pacientes: Diogo da Silva. Impetrante: Defensoria Pública da União. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator Ministro Celso de Mello. Publicação DJe 04/06/2009).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO EM DETRIMENTO DE PESSOA FÍSICA. RES FURTIVA AVALIADA EM VALOR SUPERIOR A 40% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCADOS FATOS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Consoante já assentado pelo Supremo Tribunal Federal, o princípio da insignificância deve ser analisado em correlação com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Direito Penal, a fim de excluir ou afastar a própria tipicidade da conduta, examinada em seu caráter material, observando-se, ainda, a presença dos seguintes vetores: mínima ofensividade da conduta do agente; ausência total de periculosidade social da ação; ínfimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica ocasionada.

2. A subtração de res furtiva avaliada em valor superior a 40% do salário mínimo vigente à época dos fatos não pode ser considerada insignificante.

3. Agravo regimental não provido. (STJ. Agravo regimental no recurso especial. Agrg no Resp1459658 Sexta turma. Agravante: Fabiano de Oliveira Teixeira. Agravado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais Relator Ministro Rogério Schietti Cruz. Minas Gerais, 05 de março de 2015).

Nota-se nesses exemplos citados a subjetividade jurisprudencial em relação ao pequeno valor da coisa. No primeiro modelo o STF acata o princípio da insignificância pelo valor ser equivalente a 4.3% do salário mínimo vigente

da época do fato quantia de R\$ 20.00. Já no segundo caso o STJ devido o valor ser superior a 40% do salário mínimo na época não acata tal princípio.

Na opinião de Luis Regis Prado a solução para traçar alguma distinção entre o furto de objetos de valor irrisório e o de objetos de valor patrimonial considerável seria a seguinte:

Para solucionar de forma mais equitativa hipótese como a do furto de objeto de valor ínfimo, melhor seria estabelecer-se na própria descrição do tipo legal de delito o limite *mínimo* para a sua configuração. A fixação de uma quantia em dinheiro na própria descrição típica acarretaria automaticamente a atipicidade das condutas que não se ajustassem ao limite mínimo exigido. Assim, este último não oscilaria ao arbítrio do julgador, mas seria de aplicação para todos os casos que não atingissem o patamar mínimo para a configuração do desvalor do resultado típico. (PRADO, 2006 p. 149-150).

A jurisprudência do Tribunal de Justiça possui o entendimento de que o crime de furto se consuma quando, findada a ilicitude, ocorre a mudança da posse do bem furtado, mesmo se houver perseguição rápida e restituição da res furtiva. (TJDF, 2016).

De fato, basta que o agente exerça a posse do bem, ainda que por um breve período, não se exigindo que aquela seja mansa e pacífica, nem mesmo que o bem saia da esfera de vigilância da vítima ou de terceiros. Nesse sentido:

[...] 2 - O furto se consuma com a simples inversão da posse do bem, não se exigindo seja ela mansa e pacífica, restando incabível a desclassificação para o crime tentado se a consumação restou provada. [...] (Acórdão n.950188, 20140310343780APR, Relator: NILSONIDE FREITAS, Revisor: JOÃO BATISTA TEIXEIRA, 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 23/06/2016, Publicado no DJE: 28/06/2016. Pág: 145/153) (grifo nosso).

[...] 3 De acordo com a teoria da "amotio" ou "apprehensio", adotada pelo ordenamento jurídico pátrio, o momento de consumação do crime de furto se perfaz quando a coisa alheia sai da esfera de disponibilidade do ofendido, ou seja, a posse de quem detinha a coisa é substituída pela posse do agente, em verdadeira inversão ilícita, ainda que por curto espaço de tempo. Ademais, o fato de existir câmeras de monitoramento no local não impede a consumação do delito. [...] (Acórdão n.940146, 20151410052219APR, Relator: SILVANIO BARBOSADOS SANTOS,

Revisor: JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA, 2ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 05/05/2016, Publicado no DJE: 17/05/2016. Pág: 124/137) (grifo nosso).

2.2 DISTINÇÕES ENTRE FURTO SIMPLES E FURTO PRIVILEGIADO

A doutrina chama essa modalidade prevista no parágrafo segundo do artigo 155 do Código Penal de furto privilegiado.

§ 2º – Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa. (PORTO; CARNEIRO, 2009, p. 38).

Sendo assim de que forma o legislador poderá eliminar a dúvida entre furto privilegiado e furto simples para devida aplicação do princípio? Conforme bem diferencia furto simples de furto privilegiado:

No furto privilegiado, a subtração de coisa de pequeno valor leva à caracterização da tipicidade. Portanto, haverá crime, ainda que o agente seja beneficiado na fase de aplicação da pena. Já na subtração de coisa de valor ínfimo ou irrisório, sequer haverá tipicidade, em razão do princípio da insignificância. Isto porque o caráter subsidiário do direito penal impede que este se ocupe de lesões manifestamente irrisórias, deixando a intervenção do ordenamento jurídico para outros ramos do direito. (REISS, 2017).

“Com base em tais considerações, está realizada a distinção entre furto privilegiado de pequeno valor e a subtração de bagatela de valor insignificante ou irrisório, bem como a diferença nos efeitos de cada um dos institutos”. (REISS, 2017).

Segue um recurso de apelação, furto simples e de pequeno valor, onde foi reconhecido a figura do furto privilegiado e o princípio da insignificância:

APELAÇÃO. FURTO SIMPLES. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA COM APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA OU BAGATELA. RECURSO MINISTERIAL BUSCANDO A REFORMA DA SENTENÇA MONOCRÁTICA, COM O PROSSEGUIMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

O réu/apelante foi denunciado por infração ao artigo 155, caput do Código Penal, por ter supostamente subtraído duas caixas de bombons das Lojas Americanas. Insurge-se o órgão do Ministério Público, contra a sentença absolutória, aduzindo, em síntese, que a aplicação do referido princípio é excepcional e exige uma valoração probatória, no decorrer de regular instrução criminal, argumentando que deveria ser analisada a existência de condenações anteriores pela prática de crimes contra o patrimônio. Aduz, ainda que o Código Penal brasileiro prevê a figura do furto privilegiado, prevista no § 2º do art. 155 do C.P., aplicável aos casos de furtos de bens de pequeno valor.

No que concerne ao reconhecimento do princípio da insignificância (ou bagatela), segundo entendimento do E. STF "este incide quando presentes, cumulativamente, as seguintes condições objetivas: (a) mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) grau reduzido de reprovabilidade do comportamento, e (d) inexpressividade da lesão jurídica provocada. A aplicação do princípio da insignificância deve, contudo, ser precedida de criteriosa análise de cada caso, a fim de evitar que sua adoção indiscriminada constitua verdadeiro incentivo à prática de pequenos delitos patrimoniais." (Tribunal de Justiça. Apelação. Apl 27574424201/ RJ, Relator Des. Elizabete Alves de Aguiar. Apelante: Denis Fernando Francisco Apelado: Ministério Público. Julgamento em 07/10/2015).

Em furtos de pequeno valor, o sujeito não chega a ser indiciado ou acusado, muitas vezes é sumariamente absolvido, não sendo aplicada a ele a pena privilegiada. Atualmente devido à aplicação do princípio da insignificância o furto privilegiado está em desuso.

2.3 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DE FURTO SIMPLES

Compreende-se que para a aplicação do princípio da insignificância se faz jus que o crime de furto não seja cometido com violência ou grave ameaça tanto para vítima como para a sociedade e o objeto deve ser de pequeno valor e restituído ao proprietário e quando se retira a tipicidade material da ação absolve o acusado. Sendo assim surge outro questionamento seria toda tentativa de furto uma infração bagatelar? (GOMES, 2010, p. 26):

Não são todas as tentativas de furto consideradas como infração bagatelar, necessariamente, pois o que cabe considerar, para aplicação do princípio da insignificância, não é o dano físico (o resultado naturalístico), sim a lesão jurídica ou o perigo de lesão ao bem jurídico protegido. Quem furta uma melancia causa um dano ínfimo e a lesão ao bem jurídico (correspondente) também é insignificante. Quem tenta furtar um cofre onde se guarda um milhão

de reais, não causa nenhum dano físico (o cofre e o dinheiro permanecem íntegros), mas o perigo para o bem jurídico não pode ser considerado pouco. O risco que ocorreu o bem jurídico altamente significativo é deveras relevante (GOMES, 2010, p. 26).

Nos exemplos citados anteriormente em relação ao furto da melancia caberia nitidamente a utilização do princípio da insignificância, pois o dano foi mínimo e a lesão ao bem jurídico irrelevante já se comparado ao furto do cofre de um milhão de reais não há como haver a incidência do princípio da insignificância, pois fortíssima foi a ameaça ao bem jurídico e o prejuízo nitidamente visível.

Ficaria impune o autor do crime de furto ou do fato insignificante?

Não ficaria impune, o fato insignificante não constitui um ilícito penal, mas é um ilícito. Deve recair sobre seu autor todas as sanções cabíveis: civis (indenização), trabalhistas (despedida do empregado, quando o caso), sociais (admoestação), administrativas e etc. O que não se justifica é a aplicação do Direito penal (em fatos absolutamente destituídos de significado penal). (GOMES, 2010, p. 32).

2.4 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO FURTO COMETIDO PELO REINCIDENTE

Reincidência como definiu o legislador, ocorre “quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior” (Art. 63 do CP).

O Código Penal, em seu art. 64, para efeito de reincidência:

I - Não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova de suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação. (BRASIL, 2017).

É considerado reincidente específico, quando após uma condenação penal transitada em julgado por um determinado delito, o sujeito comete outra vez o mesmo crime ou reincidente genérico, quando pratica uma transgressão distinta da que fora anteriormente condenado. (YAROCHEWSKY, 2005, p.27-72).

Sobre a reincidência criminal na visão sociológica, segundo Durkheim (1999, p. 69-72):

Dependesse a vida do imaginário das pessoas não existiria crime, criminoso, pena e muito menos reincidência criminal. Contudo, a realidade é bem diferente do que se deseja e até se sonha. O crime constitui fenômeno normal da sociedade, sendo impossível que esta exista e dele esteja isenta. Ao dizer que o crime é normal o autor refere-se a essa normalidade no sentido de que, assim como a dor, também o crime não é desejado e, portanto, há empenho da sociedade (reforço do sentimento coletivo) em reprimi-lo e evitá-lo.

No caso de aplicação do referente princípio aos casos de reincidência concordo com o esclarecimento dado pelo autor Luiz Flávio Gomes, que cada indivíduo deve ser analisado e julgado pelo ato que comete naquele momento e todas as circunstâncias ali cabíveis e não pelo ilícito que já cometeu e muitas vezes já até pagou ou já cumpriu pena por ele:

O sujeito, ainda que reincidente, que atira um pedaço de papel amassado contra um ônibus, não deve nunca ser punido penalmente (por que seu fato é atípico) (leia-se: infração bagatelar própria: princípio da insignificância). E o que dizer de um ladrão reincidente, que furta um palito de fósforo? Do mesmo modo, cuida-se de fato atípico. Lógico que contra ele algumas medidas preventivas devem ser tomadas para que o fato não venha a se repetir (fiscalização mais próxima do agente, aviso a potenciais vítimas, uso de câmeras etc.), mas de modo algum (por força do princípio da intervenção mínima) é o Direito penal o instrumento a ser utilizado (GOMES, 2010, p. 24).

Segue um caso julgado pelo TJDF, onde mesmo o réu sendo reincidente foi acatado o princípio da insignificância, sendo analisadas todas as circunstâncias em que ocorreu o fato:

APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO SIMPLES. SUBTRAÇÃO DE PANOS DE PRATO EM SUPERMERCADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REINCIDENCIA. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO. O acusado foi preso em flagrante após subtrair vinte e cinco panos de prato de um supermercado, avaliados no valor total de R\$ 92,25 (noventa e dois reais e vinte e cinco centavos). Detido, não resistiu à prisão e justificou que havia subtraído tais mercadorias para revendê-las e prover o sustento de sua família. Os bens foram restituídos intactos à vítima.

1. O Supremo Tribunal Federal, a partir do julgamento do "Habeas Corpus" nº 84.412/SP, de relatoria do Ministro Celso de Mello, passou a adotar o entendimento de que o princípio da insignificância tem como vetores: "a mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada".

2. A reincidência, por si só, não veda a aplicação do princípio da insignificância. A condenação ostentada pelo réu refere-se ao delito de furto, ou seja, não apresenta relevante gravidade, pois praticado sem violência ou grave ameaça, ademais, revela-se episódio isolado na vida do réu e foi praticado há mais de 7 (sete) anos.

3. Recurso provido. (Tribunal de Justiça Do Distrito Federal e Territórios. Apelação. Apl 1010071235 DF, Relator Des. Silvanio Barbosa Dos Santos. Apelante: Carlos Eduardo de Jesus Apelado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Julgamento em 09/02/2017)

Ademais, nota-se que no caso citado: foram furtados apenas panos de prato, sendo o valor desses produtos ínfimo, foram reestabelecidos à vítima não ocasionando perda ou prejuízo ao Supermercado. Não houve nenhuma agressão ao bem jurídico protegido; a única condenação que o réu possui foi por um crime de furto, episódio ocorrido em 2009, ou seja, delito praticado sem grave ameaça ou violência.

Conclui-se que pela falta de tipicidade material da ação do agente, o relato do furto mencionado, mesmo o réu sendo caracterizado como reincidente permite a aplicação do princípio da insignificância.

O egrégio Superior Tribunal de Justiça, que na sua grande maioria, possui o entendimento de que a reincidência não é fundamento idôneo a justificar a não aplicação do princípio da insignificância. Neste sentido, confirmam-se os precedentes da 5ª turma que em regra não aplica o referente princípio aos reincidentes e o da 6ª Turma que aplica:

A jurisprudência desta Quinta Turma reconhece que o princípio da insignificância não tem aplicabilidade em casos de reiteração da conduta delitiva, salvo excepcionalmente, quando as instâncias ordinárias entenderem ser tal medida recomendável diante das circunstâncias concretas do caso. Precedentes. (...) (HC 349.105/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016).

CRIMINAL. RECURSO ESPECIAL. FURTO. TENTATIVA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. PEQUENO VALOR DA COISA FURTADA. REINCIDÊNCIA. IRRELEVÂNCIA. RECURSO PROVIDO.

1. A aplicação do princípio da insignificância requer o exame das circunstâncias do fato e daquelas concernentes à pessoa do agente, sob pena de restar estimulada a prática reiterada de furtos de pequeno valor.
2. A verificação da lesividade mínima da conduta, apta a torná-la atípica, deve levar em consideração a importância do objeto material subtraído, a condição econômica do sujeito passivo, assim como as circunstâncias e o resultado do crime, a fim de se determinar, subjetivamente, se houve ou não relevante lesão ao bem jurídico tutelado.
3. Hipótese em que o bem subtraído possui importância reduzida, devendo ser ressaltada a condição econômica do sujeito passivo, pessoa jurídica, que recuperou o bem furtado, inexistindo, portanto, repercussão social ou econômica.
4. Não obstante o valor da res furtiva não ser parâmetro único à aplicação do princípio da insignificância, as circunstâncias e o resultado do crime em questão demonstram a ausência de relevância penal da conduta, razão pela qual deve se considerar a hipótese de delito de bagatela.
5. O entendimento pacificado desta Corte é orientado no sentido de que as circunstâncias de caráter pessoal, tais como a reincidência e maus antecedentes, não devem impedir a aplicação do princípio da insignificância, pois este está diretamente ligado ao bem jurídico tutelado, que na espécie, devido ao seu pequeno valor econômico, está excluído do campo de incidência do direito penal.
6. Recurso provido, nos termos do voto do Relator. (STJ. Recurso Especial. Resp 1.192.264 Quinta turma. Recorrente: Carlos Alberto Nery. Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Relator Ministro Gilson Dipp. Minas Gerais, 01, de março de 2011).

HABEAS CORPUS. FURTO TENTADO. DOIS BOTIJÕES DE GÁS. BENS RECUPERADOS. VALOR ESTIMADO: R\$ 64,00. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ATIPICIDADE MATERIAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECONHECIMENTO. EXISTÊNCIA DE REINCIDÊNCIA. CONDIÇÃO PESSOAL DESFAVORÁVEL. EMPECILHO. NÃO CONFIGURAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA.

1. O princípio da insignificância é aplicável em hipóteses em que o comportamento, apesar de formalmente típico, não ocasiona - no plano material - perturbação social. Tal exame, nos crimes patrimoniais, passa pela apreciação do reduzido valor da coisa e da capacidade econômica da vítima. No caso, subtraiu-se um botijão de gás de uma construção, tendo sido a res recuperada, não acarretando repercussão alguma no patrimônio da vítima.

Reconhece-se, então, o caráter bagatelar do comportamento imputado, não havendo falar em afetação do bem jurídico patrimônio.

2. Não é empecilho à aplicação do princípio da insignificância a existência de condições pessoais desfavoráveis, tais como maus antecedentes, reincidência, ações penais em curso ou mesmo o fato de o furto ser qualificado (concurso de agentes e rompimento de obstáculo), a teor de pronunciamentos das duas Turmas componentes da Terceira Seção.

3. Ordem concedida para, reconhecendo a atipicidade material, cassar a sentença condenatória e trancar a ação penal. (STJ. Habeas Corpus. HC: 191.524. 6ª Turma Pacientes: Gilbejan Ferreira da Silva e Ana Paula Lima. Impetrante: Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Coator: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura. Julgamento 17.03.2011).

Existem divergências jurisprudenciais em relação a aplicação do princípio da insignificância quanto ao reincidente. Nos exemplos citados, anteriormente, analisou-se tanto o TJDFT como o STJ em julgados recentes sendo a favor da incidência do princípio da insignificância ao reincidente.

No próximo exemplo que será mencionado não foi acolhido o princípio da insignificância ao reincidente pelo STF, porém a maioria dos magistrados entendeu que a reincidência por si só não impede que o juiz do caso, prontamente já enseje pela insignificância penal da conduta, pois se faz necessário observar todas as circunstâncias do caso concreto. Não absolveram o réu, mas abrandaram o regime de semiaberto para aberto.

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. CRIME DE FURTO SIMPLES. REINCIDÊNCIA.

1. A aplicação do princípio da insignificância envolve um juízo amplo (“conglobante”), que vai além da simples aferição do resultado material da conduta, abrangendo também a reincidência ou contumácia do agente, elementos que, embora não determinantes, devem ser considerados.

2. Por maioria, foram também acolhidas as seguintes teses: (i) a reincidência não impede, por si só, que o juiz da causa reconheça a insignificância penal da conduta, à luz dos elementos do caso concreto; e (ii) na hipótese de o juiz da causa considerar penal ou socialmente indesejável a aplicação do princípio da insignificância por furto, em situações em que tal enquadramento seja cogitável, eventual sanção privativa de liberdade deverá ser fixada, como regra geral, em regime inicial aberto, paralisando-se a incidência do art. 33, § 2º, c, do CP no caso concreto, com base no princípio da proporcionalidade.

3. No caso concreto, a maioria entendeu por não aplicar o princípio da insignificância, reconhecendo, porém, a necessidade de abrandar o regime inicial de cumprimento da pena.

4. Ordem concedida de ofício, para alterar de semiaberto para aberto o regime inicial de cumprimento da pena imposta ao paciente. (STF. Habeas Corpus 123.108. Paciente: José Robson Alves. Impetrante: Defensoria Pública da União. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator Ministro Roberto Barroso. Publicação DJe 29.01.2016)

Já no próximo julgado que será mencionado o STF reforma a decisão do STJ aplicando o princípio da insignificância no furto de um celular avaliado no valor de R\$ 90.00, mesmo o réu sendo reincidente genérico:

PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE CONDENADO PELO CRIME PREVISTO NO ART. 155, CAPUT, COMBINADO COM O ART. 61, I E ART. 65, III, TODOS DO CÓDIGO PENAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. CONDENAÇÃO ANTERIOR. POSSE DE ENTORPECENTES PARA USO PRÓPRIO. ART. 16 DA LEI 6.368/1976. APLICAÇÃO. POSSIBILIDADE. ORDEM CONCEDIDA.

I - O paciente foi condenado pela prática do crime descrito no art. 155, caput, combinado com o art. 61, I, e art. 65, III, todos do Código Penal, pelo furto de aparelho celular, avaliado em R\$ 90,00 (noventa reais).

II - Nos termos da jurisprudência deste Tribunal, a aplicação do princípio da insignificância, de modo a tornar a ação atípica, exige a satisfação de certos requisitos, de forma concomitante: a conduta minimamente ofensiva, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a lesão jurídica inexpressiva.

III - Assim, ainda que conste nos autos registro de uma única condenação anterior pela prática do delito de posse de entorpecentes para uso próprio, previsto no art. 16 da Lei 6.368/1976, ante inexpressiva ofensa ao bem jurídico protegido e a desproporcionalidade da aplicação da lei penal ao caso concreto, deve ser reconhecida a atipicidade da conduta. Possibilidade da aplicação do princípio da insignificância. Precedente.

IV - Ordem concedida para trancar a ação penal. (STF. Habeas Corpus 138.697. 2ª Turma Pacientes: Fernando Lucílio da Costa. Impetrante: Defensoria Pública da União. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator Ministro Ricardo Lewandowski. Julgamento 16.05.2017).

O STF proibia a utilização do princípio ao réu reincidente específico, (quando o réu comete novamente o mesmo crime) até o ano de 2015. Nota-se nitidamente que a propensão jurisprudencial do STF é a aceitação do princípio da insignificância ao reincidente como o STJ já se dispôs na sua adoção. (ORTEGA, 2015)

Conclui-se que o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça se desencontram em vários sentidos, quando se trata do reconhecimento e da aplicabilidade do princípio da insignificância em relação ao reincidente.

2.5 CRÍTICAS AO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

Membros do Ministério Público e alguns magistrados não concordam em aplicar o princípio da insignificância nas suas sentenças e julgamentos, por razões, ainda controversas e passíveis de discussões. O que tem ocasionado vários processos irrelevantes na justiça e crescimento descontrolado no sistema penitenciário.

A seguir serão relatadas algumas críticas feitas ao princípio da insignificância e expostas às razões e os motivos que as mesmas não devem prosperar.

2.5.1 *Ausência de previsão legal*

Sendo o referente princípio, somente uma criação doutrinária sem previsão legal torna-se uma das críticas que se faz ao emprego do princípio da insignificância, o que acaba produzindo uma insegurança jurídica.

Porém, essa crítica não tem base, pois não é por não estar positivado que o princípio em questão extinguirá sua efetividade ou todas as suas particularidades e obrigações.

Ressalta-se que as fontes do Direito não se limitam a normas expressas. Como conceitua o postulado: “premissa ética extraída da legislação, do ordenamento jurídico”. (MIRABETE, 2011, p.47).

Ademais na mesma compreensão de Mirabete e Fabbrini (2013, p. 102):

“A excludente de tipicidade (do injusto) pelo princípio da insignificância (ou da bagatela), que a doutrina e a jurisprudência vêm admitindo, não está incerta na lei brasileira, mas é aceita por analogia, ou interpretação interativa, desde que não contra legem”.

No mesmo entendimento, admite observar que a própria Constituição Federal, em seu art. 5º, parágrafo 2º, Os direitos e garantias expressos nessa Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Menciona a utilização da analogia *in bonam partem*. Ademais sobre o assunto, Lopes relata; “... O emprego da analogia *in bonam partem no Direito Penal* decorre da adoção de direito não expresso pela Carta, mas reconhecível através de seu sistema”. (LOPES, 2000, p. 175).

O mesmo autor, a respeito desse tema, esclarece:

Nem todos os princípios mesmo os constitucionais estão expressos nos documentos jurídicos de que se extraem. Há princípios que são normativos e outros que não são, mas não há especial transcendência de uns sobre os outros, quaisquer que sejam eles. A norma é indiciária no princípio, mas não conteudística obrigatória deste. Até mesmo o princípio constitucional da legalidade quem diria poderia ser inferido no sistema vigente, não sendo necessário nem mesmo a sua normação para que pudesse ser reconhecido e, sobretudo, aplicado. (LOPES, 2000, p. 71).

Compreende-se que tanto o princípio da insignificância como qualquer outro princípio não se obrigam a estar expressamente na lei.

2.5.2 Ausência de previsão legislativa residual

O Código Penal Brasileiro prevê, em alguns casos (como art.155§ 2º e art.170), figuras privilegiadas ou causas de diminuição de pena, considerando como fundamento o pequeno valor da coisa ou do prejuízo da vítima. Alguns autores entendem, então, que o princípio da insignificância estaria implicitamente impedido de ser invocado, considerando lesão de pequeno valor como sinônimo de insignificante. (AZEVEDO, 2018).

Em um sistema penal em que dispõe expressamente uma causa de diminuição da pena (como no §2º do art. 155 do CP), aplicar o princípio da insignificância seria afastar a aplicação normativa. (FERNANDES, 2007 p.156-177).

2.5.3 *Ausência de resposta jurídica*

A falta de resposta estatal ou jurídica às lesões de direito ao absolver uma pessoa que cometeu um delito, pode criar um sentimento de descrença perante o judiciário, falta de proteção na sociedade. Dando origem a práticas de vingança, por exemplo, de se realizar “justiça com as próprias mãos” validando delitos costumeiros do agente, que se sentirá encorajado a cometer novos delitos crendo sempre em uma nova absolvição.

Segundo a lição de Lopes (2000, p. 180):

Parece-me tolo o argumento, posto que se está diante de uma lesão ou violação insignificante a um direito, assim, no campo da proporcionalidade, a reação que poderia ser gerada por essa satisfação de um sentimento pessoal de justiça também resulta de despicienda importância.

Assim o crime sendo sem importância a resposta ao mesmo, também o será. O objetivo em aplicar o princípio da insignificância não é impedir a ação do Estado muito menos causar uma sensação de impunidade social, mas solucionar os obstáculos na mesma proporcionalidade dos ilícitos.

3 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E STJ

O próximo capítulo discorre como os doutrinadores e magistrados dos tribunais superiores compreendem este princípio, bem como vem aplicando-o nos casos concretos, principalmente em relação aos crimes de furto simples. A definição dos quatros vetores instituídos pelo STF para aferição do princípio da insignificância.

Observa-se que nem o Supremo Tribunal Federal muito menos o Superior Tribunal de Justiça, alicerçaram jurisprudência definitiva ou absoluta sobre o princípio da insignificância, promovendo dessa forma mais discussões contestações e polêmicas sobre o referido assunto.

3.1 JURISPRUDÊNCIAS DO STF NOS CRIMES DE FURTO SIMPLES

O princípio *da insignificância*, ou da *bagatela*, não está previsto em lei, e a jurisprudência tardou em reconhecer sua legitimidade como critério de interpretação. (BOTTINI, 2011)

A primeira decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o tema disponível na jurisprudência digitalizada foi exarada em 1988, no Recurso em Habeas Corpus 66.869/PR, onde o relator, ministro Aldir Passarinho, afastou a tipicidade de lesões corporais em acidente de trânsito pela pequena afetação do bem jurídico.

Dez anos depois, o STF voltou a aplicar o princípio *da insignificância* em crime contra a administração pública (HC 77.003-4). Naquela ocasião, o Ministro Marco Aurélio reconheceu a *insignificância* da contratação de servidor sem concurso público por curto período de tempo. Interessante notar que as primeiras decisões sobre insignificância reconheceram sua aplicação em âmbitos que mais tarde seriam rechaçados pelo próprio STF: em casos de violência (ainda que culposa) e em crimes contra a administração pública. (BOTTINI, 2011)

Adentrando mais ao assunto exposto no ano de 2004 o STF *reconhece a insignificância* em crime de furto através do julgado (HC 84.412-0/SP,) como exposto a seguir e definem os quatro pilares para sua aplicação através do Ministro Celso de Mello:

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - IDENTIFICAÇÃO DOS VETORES CUJA PRESENÇA LEGITIMA O RECONHECIMENTO DESSE POSTULADO DE POLÍTICA CRIMINAL - CONSEQÜENTE DESCARACTERIZAÇÃO DA TIPICIDADE PENAL EM SEU ASPECTO MATERIAL - DELITO DE FURTO- CONDENAÇÃO IMPOSTA A JOVEM DESEMPREGADO, COM APENAS 19 ANOS DE IDADE - "RES FURTIVA" NO VALOR DE R\$ 25,00 (EQUIVALENTE A 9,61% DO SALÁRIO MÍNIMO ATUALMENTE EM VIGOR) - DOCTRINA - CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF - PEDIDO DEFERIDO. O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUALIFICA-SE COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO MATERIAL DA TIPICIDADE PENAL.

O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público. O POSTULADO DA INSIGNIFICÂNCIA E A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL: "DE MINIMIS, NON CURAT PRAETOR". O sistema jurídico há de considerar a relevantíssima circunstância de que a privação da liberdade e a restrição de direitos do indivíduo somente se justificam quando estritamente necessárias à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais, notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade. O direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado, cujo desvalor por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social.

(STF. 2ª Turma. Habeas Corpus 84.412. Paciente: Bill Cleiton Cristovão. Impetrante: Luiz Manoel Gomes Junior. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Ementa: [...]. Relator Ministro Celso de Mello. Julgamento: 19.10.2004).

O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância. O STF, inclusive, criou esses critérios que foram adicionados à mera aferição, no caso concreto, da tipicidade material, dizendo que para a incidência do princípio da insignificância, deve ser relevado o valor do objeto furtado a não ocorrência de violência na hora do furto e os quatro aspectos objetivos do fato, citados no julgado anterior. (GRECO, 2011, p.105).

Mesmo que seja extremamente complicado analisar separadamente todos esses quatro vetores, pois são muito semelhantes, tentar-se-á explicar resumidamente a função de cada um deles.

3.1.1 *Mínima ofensividade da conduta*

Uma ação para ser considerada ofensiva deve indicar características perigosas e prejudiciais para a sociedade e ao bem jurídico. No instante que a ação é considerada ínfima com baixo nível de ofensividade o fato começa a ter caráter irrelevante em relação o bem jurídico.

Versa o princípio da ofensividade que não há crime sem lesão ou perigo de lesão a um bem jurídico alheio. O princípio da ofensividade orienta tanto ao legislador, que não deve criminalizar condutas que não ofendam bens jurídicos, quanto o juiz, que deve verificar no caso concreto se houve lesão relevante ao bem jurídico tutelado pela norma. Exemplo: Cite-se o caso do “furto de uso”, onde uma pessoa subtraí coisa alheia móvel para uso momentâneo, sem a intenção de se apropriar dela. Por não representar uma efetiva ofensa ao patrimônio alheio (bem jurídico protegido), a conduta daquele que subtrai uma coisa alheia móvel (um carro ou uma moto, digamos) apenas para uso, restituindo-a ao seu dono posteriormente, em perfeitas condições, não configura crime de furto. (AGUIAR, 2018)

O estudo da mínima ofensividade da conduta leva em consideração o valor do bem material, mas não somente a valoração econômica, como sentimental do objeto para a pessoa lesada.

3.1.2 *Nenhuma periculosidade social da ação*

O preceito da mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social do ato, também retrata a falta de valor da ação. Esse quesito examina ações que não sejam em hipótese alguma prejudiciais ou que causem riscos para a sociedade.

A ausência de dano social em sentido material, ou a função geral do direito, ou sobretudo o princípio da proporcionalidade (ou proibição de excesso, constituiriam, assim, outras razões (fundamentos), da não incidência do Direito Penal diante dos fatos nímios, não transcendentais, que não contam com entidade suficiente para motivar qualquer castigo penal, ou inclusive para fazer incidir a lei penal. (GOMES, 2013 p. 82)

3.1.3 *Reduzido grau de reprovabilidade do comportamento*

Assim como os requisitos anteriores o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento, também considera a falta de valor da ação. Analisa a situação pessoal do vitimado.

A interpretação do STF do que seria o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento:

HABEAS CORPUS. FURTO. MILITAR. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. ELEVADA REPROVABILIDADE DA CONDUTA. ORDEM DENEGADA.

1. A pertinência do princípio da insignificância deve ser avaliada considerando não só o valor do dano decorrente do crime, mas igualmente outros aspectos relevantes da conduta imputada.
2. O elevado valor do bem furtado, avaliado acima do salário mínimo da época dos fatos, e a alta reprovabilidade da conduta do militar que se aproveita do ambiente da caserna para subtrair aparelho celular de um colega de farda inviabilizam, na hipótese, a aplicação do princípio da bagatela. Precedentes.
3. Aos militares cabe a guarda da lei e da ordem, competindo-lhes o papel de guardiões da estabilidade, a serviço do direito e da paz social, razão pela qual deles se espera conduta exemplar para o restante da sociedade, o que não se verificou na espécie.
4. Ordem denegada. (STF. Habeas Corpus 123393/DF. 1ª Turma. Paciente: Sebastião Pereira de Aguiar Impetrante: Defensoria Pública da União. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Ministra Rosa Weber, Julgamento: 19.11.2014).

3.1.4 *Inexpressividade da lesão jurídica provocada*

Esse último requisito relaciona-se a examinar o quanto a ação do agente ofendeu o bem jurídico do prejudicado. O Supremo Tribunal Federal em relação a esse quesito também aplica as condições socioeconômicas presentes no período do fato.

Como bem define sobre a inexpressividade da lesão jurídica provocada, Nucci (2013, p. 515):

A inexpressividade da lesão jurídica ocasionada relaciona-se ao ínfimo valor da coisa, sendo necessário, portanto verificar a proporção da lesão deve ser em face da vítima, sendo inconcebível tornar penalmente punível, por exemplo, a subtração de um bem de valor minúsculo, que a vítima possui somente por um valor sentimental. In casu, a dor moral causada poderia perfeitamente ser apurada na esfera civil, e não na penal, pois esta não deve se ocupar desse tipo de reparação.

O Supremo Tribunal Federal sustenta que o postulado da insignificância é de suma importância, inclusive como medida de política criminal, na medida em que contribui para um processo de descarcerização e descongestionamento da justiça penal. Assim, deve ser dada ao Direito Penal uma visão mais humanitária, e de forma com que a aplicação do princípio não sugira a ideia da impunidade. (STF. Habeas Corpus 104787/RJ. Partes: Ewerton de Paula Caetano, Paulo Roberto Queiroz Pinheiro Junior, Defensoria Pública da União, Defensor Público Geral Federal, Coator: Superior Tribunal Militar. Relator: Ayres Brito. Julgamento 26.10.2010)

Segue um julgado pelo STF, onde foi aplicado o princípio da insignificância referente ao delito de furto simples:

HABEAS CORPUS. PENAL. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INCIDÊNCIA. VALOR DOS BENS SUBTRAÍDOS. INEXPRESSIVIDADE DA LESÃO. CONTUMÁCIA DE INFRAÇÕES PENAS CUJO BEM JURÍDICO TUTELADO NÃO É O PATRIMÔNIO. DESCONSIDERAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA.

1. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, para se caracterizar hipótese de aplicação do denominado “princípio da insignificância” e, assim, afastar a recriação penal, é indispensável que a conduta do agente seja marcada por ofensividade mínima ao bem jurídico tutelado, reduzido grau de reprovabilidade, inexpressividade da lesão e nenhuma periculosidade social.
2. Nesse sentido, a aferição da insignificância como requisito negativo da tipicidade envolve um juízo de tipicidade conglobante, muito mais abrangente que a simples expressão do resultado da conduta. Importa investigar o desvalor da ação criminosa em seu sentido amplo, de modo a impedir que, a pretexto da insignificância apenas do resultado material, acabe desvirtuado o objetivo a que visou o legislador quando formulou a tipificação legal. Assim, há de se considerar que “a insignificância só pode surgir à luz da finalidade geral que dá sentido à ordem normativa” (Zaffaroni), levando em conta também que o próprio legislador já considerou hipóteses de irrelevância penal, por ele erigidas, não para excluir a tipicidade, mas para mitigar a pena ou a persecução penal.
3. Trata-se de furto de um engradado que continha vinte e três garrafas vazias de cerveja e seis cascos de refrigerante, também vazios, bens que foram avaliados em R\$ 16,00 e restituídos à vítima. Consideradas tais circunstâncias, é inegável a presença dos vetores que autorizam a incidência do princípio da insignificância.

4. À luz da teoria da reiteração não cumulativa de condutas de gêneros distintos, a contumácia de infrações penais que não têm o patrimônio como bem jurídico tutelado pela norma penal não pode ser valorada, porque ausente a séria lesão à propriedade alheia (socialmente considerada), como fator impeditivo do princípio da insignificância.

5. Ordem concedida para restabelecer a sentença de primeiro grau, na parte em que reconheceu a aplicação do princípio da insignificância e absolveu o paciente pelo delito de furto. (STF. Habeas Corpus 114723/MG. 2ª Turma Paciente: Fabiana Barbosa Martins Impetrante: Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Ministro Luiz Fux. Julgamento 06.05.2014).

3.2 JURISPRUDÊNCIA DO STJ NOS CRIMES DE FURTO SIMPLES

Anteriormente pelo STJ havia sido fixado o parâmetro de danos até R\$ 100 para reconhecimento da atipicidade material. Mas as Turmas de direito penal chegaram à conclusão de que o valor do bem, por si só, ainda que pequeno, deve ser conjugado com as demais circunstâncias do fato, voltando-se os olhos para as condições subjetivas do próprio acusado, de modo a evitar que o postulado beneficie criminosos habituais. (FERNANDES, 2013).

Também é possível encontrar precedentes que, em razão da reincidência do acusado ou de seus péssimos antecedentes, negam a aplicação do princípio. Tem-se rejeitado, ainda, a incidência da bagatela nos crimes cometidos com violência ou ameaça à pessoa, a exemplo do roubo, bem como nos casos de tráfico de drogas, ainda que de pequena quantidade. Em regra, não se reconhece a bagatela nos crimes contra a administração pública. (FERNANDES, 2013).

“O STJ registra aumento substancial dos recursos e habeas corpus sobre esse tema. Difícil presenciar alguma sessão de julgamento das Turmas criminais que não examine essa matéria observa Og Fernandes” (2013).

Ele considera isso benéfico, por um lado, pois resultará inevitavelmente em um amadurecimento sobre os institutos penais, deixando a prisão e a persecução criminal para as hipóteses realmente necessárias. De outro lado, entretanto, o ministro defende que é preciso tomar cuidado: Estamos bem atentos para que o princípio não caia em aviltamento e descrédito. (FERNANDES, 2013).

O princípio da insignificância é bem recebido pela jurisprudência do STJ em relação aos crimes de furto simples, segue o julgado:

HABEAS CORPUS. FURTO. COISA DE ÍNFIMO VALOR. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE REPROVABILIDADE SUFICIENTE. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INCIDÊNCIA. ATIPICIDADE MATERIAL. RECONHECIMENTO.

1. Consoante entendimento jurisprudencial, o "princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentaridade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. (...) Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público." (HC nº 84.412-0/SP, STF, Min. Celso de Mello, DJU 19.11.2004).
2. É insignificante a conduta de tentar furtar bens alheios avaliados em ínfimos R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos), não havendo, em tal caso, como reconhecer a tipicidade material do comportamento imputado, que não mostra afetação do bem jurídico.
3. Impetração não conhecida, mas concedida a ordem ex officio para trancar a ação penal. (STJ. Habeas Corpus. HC 317.754. Paciente: Alexandre Ferreira de Oliveira. Impetrante: Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Coator: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura. DJ 10.03.2015).

Nessa análise, conclui-se que a aplicação do princípio da insignificância no furto simples tem sido bem aceito tanto pela jurisprudência do STF como a do STJ, quando no caso há de forma notória os quatro parâmetros estabelecidos pelo STF, quando o valor do bem é ínfimo e não há violência e grave ameaça à vítima, porém ainda não existe definição específica dessas Cortes para analisar de forma mais igualitária os casos referentes a esse princípio.

3.3 PONTOS DE COMPREENSÃO ENTRE O STF e STJ

O princípio da insignificância no crime de roubo é muito pacífico, a maioria dos magistrados e doutrinadores compreende que não é possível a sua aplicação, pois o roubo prejudica os bens, honestidade física a liberdade e autonomia da pessoa humana. (ALVES, 2012)

Ao inverso dos julgados demonstrados nos capítulos anteriores relacionados ao delito de furto simples. No crime de roubo a jurisprudência é de comum acordo em não aceitar o princípio da insignificância, no momento em que ocorre a agressão, brutalidade ou grave coação a vítima, mesmo o valor do objeto sendo irrisório, pois se baseia não somente no bem material, mas na defesa da integridade e dignidade da pessoa. A seguir um exemplo do crime de roubo, onde foi negado o princípio da insignificância.

HABEAS CORPUS. PENAL. DESCLASSIFICAÇÃO DE ROUBO PARA FURTO: IMPOSSIBILIDADE. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA: DISTINÇÃO. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DE ROUBO. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA:

1. O crime de roubo abrange a subtração da coisa e a violência ou ameaça à vítima. Daí a impossibilidade de desclassificação para o crime de furto.
2. Tem-se por consumado o crime de roubo quando, cessada a clandestinidade ou a violência, o agente tenha tido a posse da coisa subtraída, ainda que retomada logo em seguida. Situação distinta é a veiculada no HC n. 88.259, em que o paciente subtraiu um passe de ônibus, utilizando-se de arma de brinquedo. Considerou-se a particularidade consubstanciada na circunstância de ter sido ele o tempo todo monitorado por policiais que se encontravam no local do crime. Inaplicabilidade desse precedente ao caso ora examinado, em que o paciente teve a posse dos bens subtraídos, ainda que por pouco tempo.
3. A Segunda Turma desta Corte afirmou entendimento no sentido de ser "inaplicável o princípio da insignificância ao delito de roubo (art. 157, CP), por se tratar de crime complexo, no qual o tipo penal tem como elemento constitutivo o fato de que a subtração de coisa móvel alheia ocorra 'mediante grave ameaça ou violência à pessoa', a demonstrar que visa proteger não só o patrimônio, mas também a integridade pessoal". Ordem denegada. (STF. Habeas Corpus 98152 MG. 2ª Turma. Pacientes: Diogo da Silva. Impetrante: Defensoria Pública da União. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator Ministro Celso de Mello. Julgamento em 19.05.2009).

Outro ponto harmonioso entre os tribunais superiores para utilização do princípio é a respeito do furto famélico.

Quanto ao furto famélico há jurisprudência no sentido de justificar o fato praticado por quem, em estado de extrema penúria, é impelido pela fome e pela necessidade de se alimentar ou alimentar a sua família. A saída jurídica para tal hipótese é excluir a antijuridicidade do fato por estar encoberto pelo estado de necessidade. Sem o requisito da antijuridicidade não há que se falar em delito. (GOMES; SOUSA, 2010).

Segue um exemplo de furto famélico que ocorreu na cidade de Santa Maria, Distrito Federal no ano de 2015:

Comovidos com a história de um homem que havia sido preso em Santa Maria (DF) por furtar carne de um supermercado, policiais civis da 20ª Delegacia de Polícia (Gama Oeste) resolveram pagar a fiança e comprar alimentos e produtos de higiene pessoal para ele e sua família. Desempregado há três meses, o eletricista Mário Ferreira Lima, 47, que mora com o filho de 12 anos, tentou furtar 2 quilos de carne por volta das 16h de quarta-feira (13) em um supermercado, quando foi preso em flagrante. Segundo Lima, sua única renda atual é os R\$ 70 mensais que recebe do programa Bolsa Família. O recurso ainda não tinha sido depositado na conta dele e, segundo seu relato, só havia R\$ 20 dentro da carteira. "Coloquei as carnes dentro da bolsa e passei no caixa queijo, mortadela e pães, porém, funcionários do local perceberam e chamaram a polícia. Fiz isso em um momento de desespero. Estava havia dois dias sem comer", conta. (BRIZOLA, 2015)

Para evitar que homens, como Mário Ferreira e outros pais e mães de família que com o intuito de saciar a própria fome e a de seus filhos, seja preso por meses ou anos é que surge a aplicação do princípio da insignificância, pois no furto famélico não há de se falar em violência ou grave ameaça à vítima ou dano ao bem jurídico protegido.

APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME DE TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO - RECONHECIMENTO DO FURTO FAMÉLICO - POSSIBILIDADE - ESTADO DE NECESSIDADE COMPROVADO - ABSOLVIÇÃO.

- Resta caracterizado o furto famélico quando o agente pratica o delito com intuito exclusivo de saciar a sua fome ou de terceiro, quando não possuía outros meios para fazê-lo, agindo em situação nítida emergência.

- A situação de extrema penúria material do réu e de sua família à época do crime, com privação de elemento básico e essencial à sobrevivência, justifica, no presente caso, o reconhecimento da excludente de ilicitude do estado de necessidade.

Decisão: deram provimento ao recurso. (Tribunal de Justiça. Apelação. Apl 10694150043776001/ MG, Relator. Des. Catta Preta. Apelante: Clayton Leopoldino Assalin Apelado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Julgamento em 11/09/2017).

Segue a resolução de um julgado pelo Supremo Tribunal Federal, referente ao furto famélico, onde foi aceito o princípio da insignificância:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA ATO DE MINISTRO DE TRIBUNAL SUPERIOR. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE. TENTATIVA DE FURTO. ART. 155, (CAPUT, C/C ART. 14, II, DO CP). REINCIDÊNCIA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. FURTO FAMÉLICO. ESTADO DE NECESSIDADE X INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. SITUAÇÃO DE NECESSIDADE PRESUMIDA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. HABEAS CORPUS EXTINTO POR INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O princípio da insignificância incide quando presentes, cumulativamente, as seguintes condições objetivas: (a) mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) grau reduzido de reprovabilidade do comportamento, e (d) inexpressividade da lesão jurídica provocada.
2. A aplicação do princípio da insignificância deve, contudo, ser precedida de criteriosa análise de cada caso, a fim de se evitar que sua adoção indiscriminada constitua verdadeiro incentivo à prática de pequenos delitos patrimoniais.
3. O valor da res furtiva não pode ser o único parâmetro a ser avaliado, devendo ser analisadas as circunstâncias do fato para decidir-se sobre seu efetivo enquadramento na hipótese de crime de bagatela, bem assim o reflexo da conduta no âmbito da sociedade.
4. In casu, a) a paciente foi presa em flagrante e, ao final da instrução, foi condenada à pena de 4 (quatro) meses de reclusão pela suposta prática do delito previsto no art. 155, caput, c/c o art. 14, II, do Código Penal (tentativa de furto), pois, tentou subtrair 1 (um) pacote de fraldas, avaliado em R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) de um estabelecimento comercial. b) A atipicidade da conduta está configurada pela aplicabilidade do princípio da bagatela e por estar caracterizado, mutatis mutandis, o furto famélico, diante do estado de necessidade presumido evidenciado pelas circunstâncias do caso.
5. O furto famélico subsiste com o princípio da insignificância, posto não integrarem binômio inseparável. É possível que o reincidente cometa o delito famélico que induz ao tratamento penal benéfico.
6. Os fatos, no Direito Penal, devem ser analisados sob o ângulo da efetividade e da proporcionalidade da Justiça Criminal. Na visão do saudoso Professor Heleno Cláudio Fragoso, alguns fatos devem escapar da esfera do Direito Penal e serem analisados no campo da assistência social, em suas palavras, preconizava que “não queria um direito penal melhor, mas que queria algo melhor do que o Direito Penal”.

7. A competência desta Corte para a apreciação de habeas corpus contra ato do Superior Tribunal de Justiça (CRFB, artigo 102, inciso I, alínea "i") somente se inaugura com a prolação de decisão do colegiado, salvo as hipóteses de exceção à Súmula nº 691 do STF, sendo descabida a flexibilização desta norma, máxime por tratar-se de matéria de direito estrito, que não pode ser ampliada via interpretação para alcançar autoridades – no caso, membros de Tribunais Superiores – cujos atos não estão submetidos à apreciação do Supremo.

8. Habeas corpus extinto por inadequação da via eleita. Ordem concedida de ofício para determinar o trancamento da ação penal, em razão da atipicidade da conduta da paciente. (STF. Habeas Corpus 119672/SP. 1ª Turma Paciente: Roberto Remaclo Rodrigues Impetrante: Defensoria Pública da União. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Ministro Teori Zavascki. Julgamento 26.08.2014).

Exemplo de furto famélico julgado pelo STJ e aplicado o princípio da insignificância:

Já ao caso do morador de rua que arrombou um táxi para furtar moedas que somavam R\$ 12, a bagatela foi aplicada. O dono, que tinha se afastado rapidamente do veículo, conseguiu pegar o ladrão. No debate, os ministros apontaram que ele danificou o carro e, sendo um táxi, o conserto impediu temporariamente o trabalho do proprietário. Por outro lado, o morador de rua afirmou que iria comprar comida com o dinheiro.

O ministro Og Fernandes, que votou pelo trancamento da ação, lembrou que muito antes do princípio da insignificância já havia a figura do furto famélico, que não é crime porque a pessoa age em estado de extrema necessidade desde que não haja violência. E isso é válido não apenas em furtos voltados para saciar a fome. Vale também para subtração de remédio ou de um cobertor em dias frios, por exemplo. (FERNANDES, 2013).

Ademais com todas as informações ora mencionadas é nítido o entendimento do STF como do STJ a favor do princípio de bagatela aos casos referentes ao furto famélico, pois são relativos a situações de intensa escassez e penúria do agente, onde o mesmo furta em um momento de agonia para mitigar a própria fome.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa fez uma reflexão com base na doutrina a respeito do princípio da bagatela ou insignificância, com o propósito de comprovar que o Direito Penal deve agir apenas quando há afronta ao bem jurídico tutelado e o ato prejudica a ordem e a paz social. Sendo assim, a ação ilícita não configuraria a tipicidade material, mesmo que supostamente atenda a descrição do tipo formal. Portanto, presente a atipicidade material da ação, a decorrência jurídica é sua descriminalização.

Mesmo que esse princípio não esteja expressamente previsto na lei, é assente na doutrina e na jurisprudência. Por isso, constantemente não tem sido admitido por alguns magistrados. Contudo o sistema normativo não se concentra somente no que está objetivado. Compreende-se que o Direito é um elo de fundamentos e normas; portanto, a sociedade, como o legislador, não pode considerar apenas o que está previsto em lei.

A devida percepção de princípios, como a insignificância e a intervenção mínima, por exemplo, pode colaborar para o progresso e melhoria de um Direito Penal que busca conter atos criminosos e impede a superlotação penitenciária. Reforçando a ideia que o Direito Penal é a *ultima ratio*, ou seja, deve ser o ultimo recurso na esfera do Direito para se obter um resultado.

Infelizmente, tanto o Supremo Tribunal Federal como o Superior Tribunal de Justiça, não sistematizam suas decisões com base no princípio da insignificância, principalmente, quando o réu é reincidente. Esses Tribunais, também não definem claramente suas convicções.

Mediante as críticas e tentando firmar um método para aplicação do princípio, o Supremo Tribunal Federal criou os vetores de origem objetiva: mínima ofensividade da conduta, ausência de periculosidade social da ação, baixo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica. Esses os vetores utilizados pelos tribunais. No entanto, infelizmente,

esses critérios não foram suficientes para que o mencionado princípio na prática fosse utilizado de maneira mais exata e imparcial.

Observa-se que as Cortes Superiores se contradizem em vários sentidos quando se refere à verificação e aplicação do princípio da insignificância. Porém, em relação ao furto simples, sem violência ou grave ameaça à vítima, quando o valor do bem é irrisório e o réu é primário, tem sido aceito pela jurisprudência, e também se acata no chamado furto famélico. Porém, no crime de roubo, a jurisprudência é unânime em não aceitar o princípio da insignificância.

Conclui-se, pois, que os Tribunais Superiores precisam melhor planejar e elaborar os fundamentos e regras para utilização do princípio da insignificância, com o objetivo de assegurar as sentenças com maior clareza e consistência de argumentos utilizados por juízes e tribunais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leonardo. **Princípio da Ofensividade** Disponível em: <https://leonardoaaaguiar.jusbrasil.com.br/artigos/333123759/principio-da-ofensividade>. Acesso em: 6 mar. 2018.

ALVES, Marcelo Gambi. **Divergências jurisprudenciais entre o STF e STJ na aplicação do princípio da insignificância**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,divergencias-jurisprudenciais-entre-o-stf-e-stj-na-aplicacao-do-principio-da-insignificancia>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

AZEVEDO, André Boiani e. **O Princípio da Insignificância no Direito Penal**. Disponível em: <http://www.azevedo.adv.br/lermais_materias.php?cd_materias=51>. Acesso em: 7 mar. 2018.

BITENCOURT, Cezar Roberto, **Tratado de direito penal**: parte geral 20. ed.. São Paulo: Saraiva, 2014. v.1.

BOTTINI. Pierpaolo Cruz. **Princípio da insignificância é um tema em construção**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-jul-26/direito-defesa-principio-insignificancia-tema-construcao>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus. **HC 98152**. 2ª Turma. Pacientes: Diogo da Silva. Impetrante: Defensoria Pública da União. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator Ministro Celso de Mello. Brasília, 19, de maio de 2009. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/4124253/habeas-corpus-hc-98152-mg>> Acesso em: 10 de out. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus. **HC 138.697**. 2ª Turma. Pacientes: Fernando Lucílio da Costa. Impetrante: Defensoria Pública da União. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 16, de maio de 2017. Disponível em: <<https://d2f17dr7ourrh3.cloudfront.net/wpcontent/uploads/2017/05/HC-138697.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus. **HC 123.108**. Paciente: José Robson Alves. Impetrante: Defensoria Pública da União. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator Ministro Roberto Barroso. Brasília, 29, de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC_123108_MLRB.pdf> Acesso em: 30 out. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus. **HC 123393**. 1ª Turma. Paciente: Sebastião Pereira de Aguiar Impetrante: Defensoria Pública da União. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Ministra Rosa Weber. Brasília, 19, de outubro de 2014. Disponível em <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25260353/habeas-corpus-hc-123393-df-stf>> Acesso em 01 de fev de 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus. **HC 104787**. 2ª Turma. Partes: Ewerton de Paula Caetano, Paulo Roberto Queiroz Pinheiro Junior, Defensoria Pública da União, Defensor Público Geral Federal, Coator: Superior Tribunal Militar. Relator: Ayres Brito. Brasília, 26, de outubro de 2010. Disponível em <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19736631/habeas-corpus-hc-104787-rj?ref=juris-tabs>> Acesso em 10 de fev. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal.. Habeas Corpus **HC 84.412**. 2ª Turma. Paciente: Bill Cleiton Cristovão. Impetrante: Luiz Manoel Gomes Junior. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator Ministro Celso de Mello. Brasília, 19, de novembro de 2004. Disponível em <www.stf.jus.gov.br> Acesso em 02 de fev. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus. **HC 114723**. 2ª Turma Paciente: Fabiana Barbosa Martins Impetrante: Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 06, de maio de 2014. Disponível em <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25342188/habeas-corpus-hc-114723-mg-stf>. Acesso em 01 de fev. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus. **HC 119672**. 1ª Turma Paciente: Roberto Remaclo Rodrigues Impetrante: Defensoria Pública da União. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Ministro Teori Zavascki. Brasília, 26, de outubro de 2014. Disponível em <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25110963/habeas-corpus-hc-119672-sp-stf>> Acesso em 01 de fev. 2018.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo regimental no recurso especial. **Agrg no Resp 1377789** 6ª turma. Agravante: Paulo Henrique Lima de Souza. Agravado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais Relator Ministro Nefi Cordeiro. Brasília, 07, de outubro de 2014. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/153371805/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-1377789-mg-2013-0127099-0?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 30 out. 2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo regimental no recurso especial. **Agrg no Resp 1459658** 6ª turma. Agravante: Fabiano de Oliveira Teixeira. Agravado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais Relator Ministro Rogério Schietti Cruz. Brasília, 05, de março de 2015. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/178411962/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-1459658-...>>. Acesso em: 30 out. 2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus. **HC: 188675** 5ª Turma Pacientes: Filipi Cesáreo Navarro. Impetrante: Clarissa Portas Baptista da Luz Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Coator: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relator: Napoleão Nunes Maia Filho. Brasília, 22, de março de 2011. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18786219/habeas-corpus-hc-188675-sp-2010-0197976-0>>. Acesso em: 05 nov. 2017

_____. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus. **HC 191.524**. Pacientes: Gilbejan Ferreira da Silva e Ana Paula Lima. Impetrante: Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Coator: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura. Brasília, 17, de março de 2011. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18786633/habeas-corpus-hc-191524-sp-2010-0219378-3/inteiro-teor-18786634?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus. **HC: 412828**. Paciente: Gustavo Cavalcanti Vilas Boas Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Coator: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Relator Reynaldo Soares da Fonseca. Brasília, 24, de outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.portaljustica.com.br/acordao/2074359>> e <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/492314836/habeas-corpus-hc-412828-rj-2017-0205692-9>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus. **HC: 317.754**. Paciente: Alexandre Ferreira de Oliveira. Impetrante: Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Coator: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura. Brasília, 10, de março de 2015. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/178645321/habeas-corpus-hc-317754-sp-2015-0043812-0?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. **Resp 1198358** 5ª Turma. Recorrido: Marcelo Mattos de Souza. Recorrente: Ministério Público do Estado Do Rio Grande do Sul. Relator Ministro Gilson Dipp. Brasília, 01, de março de 2011. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18490419/recursospecialresp1198358-rs-2010-0110443-9/inteiro-teor-18490420?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. **Resp 1.192.264** 5ª turma. Recorrente: Carlos Alberto Nery. Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Relator Ministro Gilson Dipp. Brasília, 01, de março de 2011. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18490423/recursospecial-resp-1192264-mg-2010-0078621-0?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. Apelação. **Apl 27574424201**, Relator Des. Elizabete Alves de Aguiar. Apelante: Denis Fernando Francisco Apelado: Ministério Público. Rio de Janeiro 07/10/2015. Disponível em: <<https://tjrj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/243831886/apelacao-apl-2757442420148190001-rj-02757442420148190001>>. Acesso em: 28 set. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. Apelação. **Apl 10694150043776001**, Relator. Des. Catta Preta. Apelante: Clayton Leopoldino Assalin Apelado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais, 11, de setembro de 2017. Disponível em: <<https://tjmg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/497270336/apelacao-criminal-apr-10694150043776001-mg>>. Acesso em: 03 mar.2018.

_____. Tribunal de Justiça Do Distrito Federal e Territórios. Apelação. **Apl 0310343780**. Relator Des. Nilsoni de Freitas. Apelante: Mauricio de Andrade Quintanilha Apelado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 23, de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.arquivojudicial.com/processo/cwbydkflo/>>. Acesso em: 28 set. 2017.

_____. Tribunal de Justiça Do Distrito Federal e Territórios. Apelação. **Apl 1410077548**. Relator Des. Humberto Ulhôa. Apelante: Apelado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 02, de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.arquivojudicial.com/processo/cwbydkflo/>>. Acesso em: 28 set.2017

_____. Tribunal de Justiça Do Distrito Federal e Territórios. Apelação. **ApI 1010071235**. Relator Des. Silvanio Barbosa Dos Santos. Apelante: Carlos Eduardo de Jesus Apelado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Brasília, 09, de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/429683064/andamento-do-processo-n-2015-10-1-007123-5-13-02-2017-do-tjdf?ref=topic_feed>. Acesso em: 28 set. 2017.

BRIZOLA, Everaldo. **Como vidos policiais pagam fiança de ladrão e fazem compras para ele no DF**. Disponível em: ><https://everaldobrizola.jusbrasil.com.br/artigos/188586901/comovidos-policiais-pagam-fianca-de-ladrao-e-fazem-compras-para-ele-no-df><. Acesso em 15 de Mar. 2018.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora Martins fontes, 2007.

FERNANDES, Luciana. **Direito penal máximo ou intervenção mínima do direito penal?** Breves lineamentos sobre a função do direito penal. Revista Brasileira de Ciências criminais. IBCCRIM, v-15, n.69, p.156-177. Nov/Dez. 2007.

FERNANDES, og. **Aplicação princípio insignificância ainda desafia ministros STJ**. Revista Consultor Jurídico. 2013. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-mai-12/aplicacao-principio-insignificancia-ainda-desafia-ministros-stj>> Acesso em: 9 mar. 2018.

GOMES, Luiz Flávio. ANTONIO, García-Pablos de Molina. **Direito penal: parte geral**: volume 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

_____. **Direito penal: parte geral: teoria constitucionalista do delito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. **Penas e medidas alternativas à prisão** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. v.1.

_____. **Princípio da insignificância e outras excludentes de tipicidade**, 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. v.1.

_____. SOUSA, Áurea Maria Ferraz de. **Desempregado e furto famélico**. Disponível em: <http://www.lfg.com.br>. Acesso 15 mar. 2018.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. **O princípio da proporcionalidade no direito penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 17.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

_____. **Direito Penal do Equilíbrio**: uma visão minimalista do Direito Penal 6. ed. Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

JESUS, Damásio. **Direito Penal: Parte Geral**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEMOS, Bruno Espiñeira. **Discussões atuais de Direito Penal**: relato de uma breve experiência na Alemanha, 2014.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. **Princípio da insignificância no direito penal**: análise a luz da Lei 9.099/95: Juizados especiais penais e da jurisprudência atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997; v.2

_____. **Princípio da Insignificância no Direito Penal**. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MAÑAS, Carlos Vico. **O Princípio da Insignificância como Excludente da Tipicidade no Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 1994.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de direito penal**: parte geral. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

_____. FABRINI, Renato N. **Manual de direito penal**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013. v.1

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 4.ed. São Paulo: RT, 2003.

ORTEGA, Flávia. **Como os tribunais superiores tem se posicionado acerca do princípio da insignificância ao reincidente**. Disponível em: <https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/318479065/como-os-tribunais-superiores-tem-se-posicionado-acerca-do-principio-da-insignificancia-ao-reincidente>. Acesso em: 31 out.2017.

PORTO, Roberto, CARNEIRO, José Reinaldo Guimarães. **Direito penal: parte especial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PRADO, Luis Regis Prado **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 6. ed Revista dos Tribunais, São Paulo: 2006. V.1

QUEIROZ, Paulo de Souza. **Direito penal: parte geral** 7 .ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

REBÊLO, José Henrique Guaracy. **Princípio da insignificância**: interpretação jurisprudencial. Belo Horizonte: Del Rey 2000.

REISS, Michel Wencland, **Do furto de pequeno valor e da subtração de bagatela**. Disponível em: <http://domtotal.com/direito/pagina/detalhe/23647/Acesso> o em 25 set.2017

RODRIGUEZ, Víctor Gabriel. **Fundamentos de direito penal brasileiro**: lei penal e teoria geral do crime. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Ivan Luiz da. **Princípio da insignificância no direito penal**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2011.

SILVA, José Carlos Sallet de Almeida e. **Aplicação do princípio da insignificância, um processo hermenêutico?** Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/>>. Acesso 28 set. 2017.

YAROCHEWSKY, Leonardo Isaac. **Da reincidência criminal**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005.